

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS E EDUCAÇÃO

JOSIANE POSTANOVSKI

A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR:
UMA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO ÉTNICORACIAL PARA O ENSINO MÉDIO

PONTA GROSSA
2011

JOSIANE POSTANOVSKI

A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR:
UMA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO ÉTNICORACIAL PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como requisito final para a
obtenção de Licenciada em Letras
Português/Francês, pela Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Ms. Regina Aparecida Messias
Guilherme.

PONTA GROSSA
2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA LITERATURA NA FORMAÇÃO DO SUJEITO LEITOR: UMA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO ÉTNICORACIAL PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito final para a obtenção de Licenciada em Letras Português/Francês, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Prof^a. Ms. Regina Aparecida. Messias Guilherme
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Esp. Izaclis Alves Dalzoto
Especialista em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Esp. Paulo Rogério de Almeida
Especialista em Língua Portuguesa
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Data de aprovação: 31/10/ 2011

AGRADECIMENTOS

É com uma imensa alegria que agradeço ao meu Senhor Deus por todas as conquistas que têm me proporcionado até chegar à realização e conclusão desse trabalho.

Agradeço às pessoas especiais em minha vida que tornaram possíveis esta pesquisa, tais como a minha mais que orientadora, uma verdadeira amiga a professora Regina Aparecida Messias Guilherme, que disponibilizou parte de seu tempo para me orientar, proporcionando muitos momentos de diálogos a respeito do tema aqui apresentado.

Agradeço aos digníssimos professores que fazem parte da banca, os quais foram escolhidos porque, de alguma forma, contribuíram imensamente na minha trajetória acadêmica com seus preciosos conselhos, com a sua forma de ensinar que nos fazem tê-los como espelhos, de exemplos a serem seguidos.

Agradeço a minha família que suportou as minhas inquietações, as minhas frustrações diante de obstáculos que surgiram durante a caminhada, que sempre me apoiaram, independentemente, se a eles era cabível ou não.

Agradeço às pessoas que, por vezes, me julgaram incompetente, que talvez torceram contra a minha realização, eles fazem parte dessa conquista, pois ouvindo tais palavras percebi que nenhum sonho é pequeno quando a gente luta para conquistar, porque, “Em todas as coisas somos mais que vencedores” (Romanos, 8.V.7).

Agradeço aos verdadeiros amigos que sempre me incentivavam a prosseguir na caminhada, mesmo ela sendo tão difícil.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização dessa pesquisa.

RESUMO

Com esta pesquisa qualitativa evidenciamos a importância do currículo étnicorracial no processo ensino-aprendizagem do Ensino Médio e, em especial, partimos do que representa a contribuição social da Literatura, neste nível de ensino, objetivando fortalecer a formação o sujeito leitor como compromisso pedagógico, político e social que se inicia no âmbito da Língua Portuguesa, bem como de todas as áreas do conhecimento. Tendo em vista a importância da leitura como fonte de sentidos e significados para o currículo escolar, nesta investigação de caráter bibliográfico, entre outros autores, constituímos o aporte teórico à luz das reflexões de: CÂNDIDO (2006); CANEN (2000 e 2001); SILVA (2000); SIDOKUM (2003); ORLANDI (1988). Nesta perspectiva, perseguimos a hipótese de que a Literatura apresenta uma permanente dimensão multicultural, pois se planifica como prática social e, por isto, por natureza aproxima um autêntico diálogo com a cultura, o que deflagra neste estudo, os resultados da investigação bibliográfica realizada na produção do entendimento de que a recorrência literária aos autores voltados para a perspectiva indianista e afrodescendente, revelam estas duas expressões culturais na formação da Literatura Brasileira. Como pressuposto teórico, alicerçamos esta pesquisa, tendo em vista os estudos culturais face a compreensão do que representa o conceito de identidade e diferença como unidade inseparável para ser compreendida a teoria literária acerca das obras estudadas no Ensino Médio, sendo para este nível que direcionamos nossas reflexões pontuando-as para contribuir com a prática educativa junto ao papel docente desta fase da Educação Básica que se integra ao conceito de educação e trabalho, pois seus(suas) alunos(as) se encontram próximos à sua inserção junto ao mercado de trabalho e ao Ensino Superior. Daqui nasce nossas preocupações acadêmicas, voltadas ao compromisso ético, pedagógico, político, cultural e social para com a educação escolar voltada à importância da Literatura na formação do sujeito leitor como ponto de referência para a escola pública.

Palavras-chave: Literatura, cultura indianista e afrodescendente, identidade e diferença, currículo étnicorracial, Ensino Médio.

RÉSUMÉ

Grâce à cette étude qualitative, nous avons vu l'importance du programme d'études étnicorracial dans l'école d'enseignement-apprentissage élevé et, en particulier, nous supposons que représente la contribution sociale de la littérature, ce niveau d'enseignement, de formation visant à renforcer le lecteur individuel que de l'engagement pédagogique, politique et social qui commence dans la langue portugaise ainsi que tous les domaines de la connaissance. Compte tenu de l'importance de la lecture comme une source de sens et de signification pour le programme scolaire, ce personnage littérature de recherche, entre autres, constituent l'apport théorique de la réflexion de la lumière: CÂNDIDO (2006); CANEN (2000 e 2001); SILVA (2000); SIDOKUM (2003); ORLANDI (1988). Dans cette perspective, nous poursuivons l'hypothèse que la littérature présente une dimension permanente multiculturelle, car elle s'aplatit comme une pratique sociale et, donc, par nature des approches d'un véritable dialogue avec la culture, ce qui déclenche cette étude, les résultats de la recherche documentaire réalisée en production de la compréhension que les auteurs reproduisent littéraires face à la perspective et indianisms descendance africaine, ces deux expressions culturelles révèlent la formation de la littérature brésilienne. Comme une hypothèse théorique, fondée sur cette recherche, les études visant à comprendre le côté culturel qui représente le concept d'identité et de différence que l'unité indissociable d'être compris au sujet de la théorie des œuvres littéraires étudiées au lycée, et pour ce niveau, nous demandons à nos réflexions ponctuant leur permettre de contribuer à la pratique éducative avec le rôle pédagogique de cette phase d'éducation de base qui intègre le concept d'éducation et de travail, parce que ses (leurs) élèves (psl) sont près de son insertion au marché du travail et de l'enseignement supérieur. D'où nos préoccupations académiques, en se concentrant sur les questions éthiques, éducatives, l'éducation politique, culturelle et sociale à l'école axé sur l'importance de la littérature dans la formation du joueur individuel en tant que point de référence pour l'école publique.

Mots-clés: Littérature, origine africaine et la culture indienne, l'identité et la différence, curriculum étnicorracial, l'école secondaire.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO I	
1. A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ÉTNICORACIAL E SUAS ARTICULAÇÕES JUNTO A LITERATURA NO ENSINO MÉDIO.....	13
CAPITULO II	
2. IDENTIDADE CULTURAL E LITERATURA COMO PRÁTICA SOCIAL.....	34
2.1. A Literatura Indígena Brasileira: algumas reflexões.....	45
2.2. Literatura Afrobrasileira no Ensino Médio.....	48
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	57

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho foi formulado com base na necessidade de analisar a prática educativa do Ensino Médio com a Literatura nos dias atuais voltado para prática social. Pretendemos mostrar, através de pesquisas bibliográficas, os diversos caminhos que a Literatura vem seguindo ao longo da caminhada docente. São abordadas aqui algumas questões relevantes a todos os profissionais da educação e a toda a sociedade em geral.

A contribuição social da Literatura na formação do sujeito leitor é um tema que envolve muitas questões que permeiam a sociedade atual. Analisaremos o texto literário como um encantamento para a leitura como uma questão linguística, pedagógica e social envolvendo fatos históricos como associações de fatores sociais identificando o papel do sujeito-leitor ao relacionar aos seus conhecimentos. São questões que situam um currículo bem formulado, profissionais dedicados(as), educadores(as) que são eternos(as) pesquisadores(as).

A Literatura se apresenta neste trabalho como um fator sensibilizador para colocar em evidência o ato social que ela representa em suas diversas dimensões ao se tratar de intercalar os elementos necessários à formulação do currículo para se trabalhar questões de pluralidade, cultura, o reconhecimento do outro como sujeito e também procuramos perpassar o conceito de alteridade seguindo esta direção para assim compreendermos o currículo como identidade e relação de poder.

A problemática abordada traz à tona algumas questões preocupantes que afetam de maneira direta a sociedade em geral em se tratando de ensino de valorização de obras de culturas e etnias, são assuntos que estão recentes em nossa sociedade que não vêm sendo tratados por muitos(as) educadores(as) como algo em que valia a pena investir inúmeras pesquisas, para que venha a acontecer uma mudança na visão social dos respectivos temas.

É sabido que o(a) professor(a) é o mediador do conhecimento, ele/ela é o(a) responsável por aguçar os interesses dos(as) alunos(as) para a leitura, para uma visão crítica dos textos lidos e trabalhados, dentro da sala de aula. Nosso trabalho apresenta

as perspectivas de vários autores ligados aos estudos culturais e a respeito da contribuição da Literatura na formação do sujeito leitor no Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de nossas pesquisas a respeito da contribuição social da Literatura na formação do sujeito leitor. O trabalho contempla diversas posições de autores, que visam trabalhar a temática de uma forma ampla e ativa, superando o estranhamento. Levantaremos aqui questões que envolvem uma sociedade em geral; e de como o tema Literatura Brasileira vem sendo inserido nas nossas salas de aula ao longo da história.

Os principais motivos que nos levaram a refletir sobre essas questões é o real interesse de todos os profissionais da educação ao se tratar da temática da contribuição social da Literatura na formação dos indivíduos como sujeitos leitores participantes do grande ato social que envolve a leitura. Ato esse que não vem sendo explorado, que tem apresentado uma grande lacuna na formação do sujeito visto que o povo brasileiro, muitas vezes, é referenciado como um povo que não possui o hábito de ler, ou seja, nos referenciam como pessoas ignorantes porque não lemos, pois quem não lê não tem, muitas vezes, subsídios para fazer escolhas certas. Não tem capacidade de gerar uma reflexão de acordo com seus próprios conhecimentos, é preciso estimular o indivíduo a ser um ser pensante dentro de suas possibilidades desde o início da educação Básica, isto é, a partir da Educação Infantil.

O presente trabalho é resultado de nossas expectativas a respeito da valorização da Literatura na representação do social. Faremos um levantamento de questões que atingem de maneira direta a todos os seres pensantes, pois a Literatura vem sendo trabalhada como algo que ficou no passado, um simples fator histórico que deveria ser extinto do currículo e que não tem fundamento continuar sendo estudada sem nenhum envolvimento atual com a sociedade.

Nossa proposta aqui delineada é mostrar que a Literatura não pode ser extinta, que ela está mais atual que nunca, pois a sociedade brasileira é formada de várias etnias, com um povo multicultural, que se fôssemos analisar só a história da formação de nosso país descobriríamos que a nossa Literatura é vasta, que não precisamos focar só em Movimentos Literários que vêm sendo trabalhados no Ensino Médio; é preciso abrir as portas desse mundo incrível que nos chama, que está esperando

desbravadores corajosos que rompem com as barreiras do preconceito. Como fontes documentais nos alicerçamos a partir da reformulação da Lei Federal Nº 11.645/08 de março de 2008, na qual vemos uma grande possibilidade que ressurgir da Literatura se apresentar como uma grande influenciadora para valorização de temas que afetam a escola atual. A Lei revigorada obriga a inclusão dos estudos da cultura afrodescendente e indígena no currículo escolar o que nos leva a perceber uma luz para que nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura venham ser trabalhadas com as questões sociais juntas do conhecimento específico, visto que a Literatura é tão mal valorizada que não se apresenta como disciplina no currículo escolar, ela divide espaço com Ensino da Língua Portuguesa estabelecendo-se, na maioria das vezes o ensino da gramática.

Ao longo da nossa caminhada acadêmica o interesse pelo tema surgiu como uma forma de possibilitar indagações sobre a temática da Literatura como prática social no contexto da sala de aula, pois sabemos que vivemos em uma sociedade que cada vez mais está preocupada com bens econômicos e que tem deixado as questões que envolvem o outro de lado.

Assim, percebemos que a maneira de chamar atenção dos membros da sociedade para essa temática está alicerçada no ponto de vista de acordo com os grandes formadores de opinião como Antonio Candido (2006), Jonathan Culler (1993) entre outros que fazem com que a Literatura seja vista como uma representante legal dos fatores sociais. Nessa direção, seguimos a hipótese de que, se a Literatura Brasileira não for valorizada no Ensino Médio, o(a) aluno(a) sairá da escola sem nenhum conhecimento literário, pois no Ensino Fundamental também não é obrigatório o ensino de Literatura. Todas essas questões geram problemas futuros ao indivíduo que sai da escola sem a possibilidade de ser um sujeito crítico. Acreditamos que, para haver um ensino de qualidade no âmbito da educação escolar como um todo, a Literatura deveria ser trabalhada e desenvolvida desde a Educação Infantil do indivíduo, para dessa maneira ser redesenhado e recuperado o gosto da sociedade pela leitura.

É preciso reformular a visão dada à Literatura pelos profissionais, os quais devem trabalhar não apenas os cânones, mas sim junto trabalhar as obras marginalizadas que contribuem significativamente para formação social de todo indivíduo. Cabe ao(a) professor(a) o papel de estimular os(as) alunos(as) a lerem, para

que tomem gosto pela leitura, para que sejam pessoas críticas sujeitas a criarem e demonstrarem suas ideias.

Com base nessas reflexões, está delineada a presente pesquisa que se configura em dois grandes eixos e, assim, se apresenta no primeiro capítulo com a explanação da importância do Currículo Etnicorracial na prática educativa do Ensino Médio a partir da Literatura, bem como se institui nesta área a sua necessidade e os silenciamentos face ao seu real valor, assim constituímos também nossas críticas à realidade de como vem se dando a docência e o ensino da Literatura.

Já no segundo capítulo está manifestada a importância da identidade cultural e da Literatura como prática social. Nesta direção, delineamos as reflexões aqui apresentadas, tendo como objetivo de estudo o currículo multirracial, em especial, a ser tratado no Ensino Médio numa tentativa de elucidarmos este estudo à luz dos estudos culturais que, segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), se constitui como uma possibilidade da integração entre identidade e diferença como conceitos unidos para podermos interpretarmos o valor da educação face ao currículo concebido como relações de poder.

A metodologia que instauramos neste estudo se delineia como uma pesquisa bibliográfica, tomando como referência, aqueles(as) autores(as) que se conceituam dentro da perspectiva dos estudos culturais, via compreensão do que entendemos nesta investigação que apresentamos como decorrências do currículo étnicorracial e do ideário multicultural. Para tanto, configuramos nossas categorias de análise a partir da análise de Quimelli (2009), que faz referência a Miles e Huberman(1994) que explicam o valor da referência teórica elaborada pelo(a) pesquisador(a), assim estes autores afirmam que:

Categories são citações ou etiquetas que atribuem significados a unidades de descrição ou [...] informações compiladas durante um estudo. Categorias normalmente acompanham os 'trechos' de tamanho variável – palavras, frases ou parágrafos inteiros, ligados ou não a uma determinada configuração (MILES e HUBERMAN, 1994, p. 56).

Tal afirmação revela que para uma boa pesquisa é preciso fazer um apanhado de autores com visões parecidas ou diferentes sobre o tema abordado na pesquisa.

CAPÍTULO I

1 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ÉTNICORACIAL E SUAS ARTICULAÇÕES JUNTO A LITERATURA NO ENSINO MÉDIO

De acordo com alguns autores vamos fazer um apanhado geral sobre as definições de currículo, como podemos caracterizá-los de acordo com alguns autores. Veja a seguir:

À palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem, assim, para que currículo venha a ser entendido como, os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos(as); os planos pedagógicos elaborados por professores, escolares e sistemas educacionais; os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização (MOREIRA e CANDAU, 2002, p. 17).

As definições acima envolvem uma questão de elaboração de currículo dentro do âmbito escolar como ele é estruturado, para que possamos deixar claro aqui do tipo de currículo que estamos tratando.

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confirmam. O currículo é lugar espaço, território. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SOUSA, 2008, p. 97 *apud* SILVA, 2004, p. 150).

É possível perceber que o currículo envolve muitas questões que abrangem todas as áreas da vida de um indivíduo visto que a construção do currículo tem-se construído por parte da intenção de diversos membros sociais sejam eles por parte da atuação de autoridades, visando beneficiar aos professores(as), alunos(as), equipe pedagógica e os demais membros da comunidade com o intuito de implantar diversas questões que por vezes inquietam a sociedade em geral ao se tratar de diversos temas sociais, visto que “como campo de pesquisa os estudos do currículo não estão somente relacionados à crítica do *status quo*; ele está compreendido com o entendimento de seus determinantes sociais e históricos”(LOPES e MACEDO, 2006, p. 17).

Dentro da definição de currículo, podemos trabalhar aqui com a forma com que os currículos são desenhados e entendidos como objetos culturais dentro da sociedade em geral.

Os desenhos curriculares podem ser entendidos como objetos culturais gerados por formas históricas de tradição seletivas próprias de um grupo social dado que, a partir de relações de poder favoráveis, prioriza a inclusão hierarquizada de certos conteúdos e valores(próprios) como se fossem objetiva e universalmente válidos e legítimos, em detrimento de outros (alheios), que desqualifica e ignora. É aí que o mandato socializador e a política do conhecimento oficial operam, de culturais arbitrárias que tratam de se impor a todos em virtudes de certa violência simbólica. Por isso, o mandato socializador e apolítica do conhecimento do currículo representam a versão escolarizada do princípio pedagógico dominante (LOPES e MACEDO, 2006, p. 41 *apud* SUAREZ, 1996, p. 3).

A sociedade atual vem levantando várias hipóteses de ensino de cultura de fatores sociais, portanto esses processos de conhecimento de currículo têm como um dos principais mediadores o professor, é ele um dos grandes artífices, cabe a ele mediar o trabalho mais adequado a esses currículos, nesse momento vamos desenvolver aqui o trabalho com o currículo etnicorracial.

De acordo com José Augusto Pacheco (2003) “O currículo é um autêntico espaço público, ou seja, um espaço onde múltiplas perspectivas podem ser articuladas em relação ao processo de ensino/aprendizagem” (Pacheco, 2003, p. 9 *apud* Macdonald, 1999, p.32). O currículo é o espaço no qual os temas são inseridos na educação escolar, cabe a o envolvimento geral da sociedade. Vamos focar aqui o currículo etnicorracial voltado às políticas educacionais dos temas da diversidade, pluralidade, entre outros temas sociais e culturais.

Estamos vivendo momentos onde se questiona muito a questão de etnia, da pluralidade, da diversidade, entre outras questões que possibilitam diversas reflexões. O Brasil é um país multirracial e pluriétnico, no qual há uma grande diversidade de pessoas entre elas negras, indígenas, brancas, entre outras. Levando em conta a necessidade de organizar todos esses aspectos é que entra o currículo etnicorracial, em evidência para que seja colocada cada coisa em seu devido lugar, como se fosse um manual para organizar o trabalho com esses temas, buscando “encaixar” as coisas de uma maneira que beneficie a todos.

“Temos o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2005, p. 10). Baseando nessa afirmação construiremos um breve comentário sobre a contribuição dos povos brasileiros, a participação de todos na formação de um país chamado Brasil.

É fato que, para haver uma boa convivência entre todos dentro de uma sociedade, é preciso tomar um direcionamento que seja voltado para as “aprendizagens que convergem para a educação das relações étnicorraciais, pois nesta educação podem oferecer conhecimentos e segurança para negros orgulharem-se de sua origem africana; para os brancos, permitir que identifiquem as influências, as contribuições, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionarem com outras pessoas”. Entretanto a aprendizagem deve acontecer de uma forma que torne o ser humano mais consciente, que respeite a todos não se importando com suas diferenças. “A educação é uma ferramenta importante para a superação do nefasto mito da democracia racial brasileira, a transformação social só ocorre com a transformação das propostas pedagógicas que contemplem as relações étnicorraciais no campo educacional” (APP-Sindicato, 2010, p. 83). Pensando dessa maneira, podemos afirmar que a mudança deve começar na formação dos professores na academia, para depois partir para a sala de aula, com turmas iniciantes já na Educação Infantil, visto que dessa forma todos receberão uma recompensa futura.

Nos dias atuais, está sendo muito debatida a Lei Federal nº 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, como também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Através dessa reformulação, fica determinado que as questões acima devam ser trabalhadas de uma forma continuada partindo desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, pois são questões que podem levar a sociedade a pensar diferente e tomar consciência de que somos uma sociedade.

Não podemos tratar de pluralidade, diversidade, etnia, sem tratar primeiramente de cultura, visto que a mesma abrange todos esses aspectos e torna possível o

entendimento do porquê de cada um destes itens seja tratado, pois formam uma base consolidada para o currículo multicultural

Neste sentido, convém lembrar que:

A cultura é uma elaboração comunitária mediante a qual os indivíduos se reconhecem, se auto-representam e assinalam significações comuns ao mundo que os rodeia. Tradicionalmente a produção social da cultura tem suas fontes em âmbitos históricos ou espaciais preciosos, onde se assenta uma “nação”, ou áreas geográficas específicas, marcadas pela presença de povos ou etnias, uma história política ou de crenças religiosas compartilhadas (SIDEKUM, 2006, p.18).

Cultura é considerada nos dias atuais como um conceito derivado de natureza que tem sua raiz latina da palavra “colere” que pode significar qualquer coisa desde cultivar, habitar, adorar e proteger. Ela se apresenta também como uma espécie de crítica ou desconstrução imanente. Ela anda junto com o intercurso social, formulando críticas e pensamentos (SAID, 2005, p. 9-19).

Assim sendo, exercer cultura significa: “Assumir que a cultura é uma das condições construtivas de existência de toda prática social, que toda prática social tem uma dimensão cultural” (PACHECO, 2003, p. 103 *apud* VEIGA, 2000, p. 53). A cultura é a base social cada indivíduo tem a sua, é preciso respeitar todas.

Com base nesses conceitos preliminares, logo mais à frente trataremos aqui da cultura como modo de vida, como arte, como formadora de opiniões e como base para a contribuição social da Literatura, na formação do sujeito leitor a partir do Ensino Médio. Dentro do aspecto de cultura, apresentaremos um apanhado a respeito de pluralidade cultural, entre outras definições que abrangem esse universo cultural, portanto, cada indivíduo possui uma cultura, veremos aqui um pouco de como é tratado as diferentes culturas no âmbito social.

De acordo com Sidekum (2006), referindo-se “a Conferência Mundial de Políticas Culturais” (México, 1982) afirma que eles consideravam a cultura como o “conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social a qual também incluía os modos de vida, sistemas de valores e tradições e crenças” (p.16).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais “a temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e

culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, as desigualdades socioeconômicas é a crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao(a) aluno(a) a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado”¹.

Todos sabem que vivemos em uma sociedade onde o preconceito se apresenta de diversas formas: em diferentes classes sociais, religiosas, de raças, gêneros e etnias. Portanto é difícil haver um ser humano que não tenha sofrido algum tipo de preconceito. Baseado nesse contexto que os PCNs referentes à Pluralidade Cultural se apresentam com a intenção de preparar o (a) educador(a), visto que “as manifestações de preconceitos e racismo se manifestam cotidianamente no âmbito escolar sejam eles sofridos ou ocasionados por professores, alunos, ou toda equipe pedagógica, até mesmo de forma inconsciente e involuntária” (BRASIL, 1997, p. 122). Sendo assim a proposta de ensino sobre a pluralidade está em “reconhecer e valorizar a diversidade cultural a qual deve atuar sobre um dos mecanismos de discriminação e exclusão, através da plenitude da cidadania para todos dentro da sua nação” (BRASIL, 1997, p. 122).

Uma das funções do(a) educador(a) é possibilitar aos educandos(as) o reconhecimento de que somos todos iguais, acima de raça, cultura, gênero ou mesmo de qualquer tipo de preconceito. Não se pode negar que cada um possui sua descendência, sua etnia, sua classe social, sua religião e sua crença, mas como humano e como ser vivo todos somos compostos de carne e ossos, se qualquer ser humano cortar um dedo a dor será a mesma para qualquer pessoa, não tem como um indivíduo se considerar melhor que o outro. Essas questões devem ser trabalhadas na formação do sujeito lá no seu primeiro contato com o mundo, de alguma forma apresentar a ele que o mundo onde vivemos é um lugar com muitas diversidades, seja no que tange as identidades culturais, sociais, nas inúmeras religiões, nas diversas raças, seja de etnias diferentes ou opções sexuais diferentes. O importante é todos tomarem consciência de que somos um mundo, uma nação que tem por obrigação respeitar e conhecer o outro para que seja tecida uma sociedade harmoniosa com mais dignidade e em paz.

¹ Disponível em: portal.mec.gov.br.

É possível afirmar que todos os aspectos mencionados anteriormente podem ser subdivididos para haver uma melhor compreensão pensando nisso vamos tentar aqui revelar nossas reflexões ao se tratar de multiculturalismo, de etnia, de diversidade, da identidade e diferença, da Literatura como prática social e em face da perspectiva dos estudos culturais.

Nossa realidade é multicultural de acordo com (SIDEKUM, 2003), um indivíduo dependendo do outro para se manter dentro de uma sociedade. mas ao longo da história até em nossos dias atuais percebemos que há sempre uma classe detentora de poderes independentes dos poderes que exercem afluem e retraem o outro que pertence a classe minoritária, o que afirma Tomaz Tadeu da Silva (2007).

O chamado multiculturalismo é um fenômeno que, claramente, tem sua origem nos países dominantes do Norte. O multiculturalismo tal como a cultura é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto também como uma solução de grupos raciais e étnicos” (SILVA, 2008, p.85).

O autor representa bem o que havíamos mencionados anteriormente a tradição de pessoas que são detentores do poder sobre o outro vem de longa data, a partir da Guerra Fria, onde a parte do Norte começou uma corrida exaustiva para deter o poder ainda hoje continuam tentando se manter, o que prejudica fortemente as classes menos favorecidas.

É um termo que descreve a existência de muitas culturas em uma localidade, cidade ou país, sem que uma delas predomine. A doutrina multiculturalista dá ênfase às culturas minoritárias das classes dos negros, dos índios, mulheres, homossexuais, colocando-se em oposição aos que se julgam maiores, visto que a política multiculturalista visa resistir à homogeneidade cultural.²

A importância do ensino da Literatura numa perspectiva pedagógica étnicorracial significa compreender:

O multiculturalismo real não pode (nem deve ocultar) a principal contradição social, os interesses de classe. A dimensão de classe continua traçando uma linha divisória entre os grupos que constituem as elites dominantes e os explorados economicamente, que por sua vez são socialmente excluídos e politicamente dominados (Sidekum, 2003, p.146).

² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org>.

Falar em multiculturalismo vem se tornado um modismo, algo bonito e superficial por diversas pessoas, mas é preciso tratar com certa cautela no qual seja passível perceber que, para se discutir a respeito exige-se que se vá além da valorização da diversidade cultural em termos folclóricos ou exóticos, para que se possa questionar a própria construção das diferenças no seio de sociedades desiguais e excludentes como vem acontecendo em nossos dias, nos quais parece que é uma “doação de favores” proporcionados pelas camadas mais favorecidas da população em se tratando de identidades étnicas, raciais, de gêneros, e sociais.

O multiculturalismo se apresenta de uma forma polissêmica de acordo com Canen (1999), pois determinadas vezes na sociedade o multiculturalismo é reduzido a simples comemorações de datas ditas principais como: dia da consciência negra, dia do índio, entre outras que são representadas apenas por caracterização e as crianças nas escolas são pintadas no rosto, colocam uma pena e saem gritando achando que é só isso que o índio faz. Essas questões deveriam ser preocupantes, pois se percebe cada vez mais que a essência cultural está sendo perdida nestas comemorações do dia do índio, no entanto não se sabe ao certo a sua história, a real cultura, e assim vem sendo tratada não só a cultura indígena, mas as demais culturas existentes no âmbito social, não se valoriza e nem se conhece a história do outro, são estabelecidos rótulos para dizer estamos trabalhando multiculturalismo nas escolas, na sociedade, mas que multiculturalismo é esse que apenas cria uma imagem sem conhecer a sua real situação?

Neste sentido, Canen(1999) afirma que:

“O chamado multiculturalismo liberal ou de relações humanas, que preconiza a valorização da diversidade cultural sem questionar a construção das diferenças e estereótipos, pouco tem a contribuir para a transformação da sociedade desigual e preconceituosa em que estamos inseridos. Embora o conhecimento de ritos, tradições e formas de pensar de grupos possa, sem dúvida, contribuir para uma valorização da pluralidade cultural e um eventual desafio a preconceitos, essa abordagem, por si só, tende a desconhecer mecanismos históricos, políticos e sociais pelos quais são construídos discursos que reforçam o silenciamento de identidades e a marginalização de grupos”. (CANEN,1999, p.63).

A afirmação da autora responde a questão proposta anteriormente, pois retoma a ideia de que é preciso tomar uma postura multicultural mais crítica o que a autora define como perspectiva intercultural crítica.

É possível perceber que dentro de todas essas expectativas temos um importante mediador o qual desempenha um significativo papel para que possa acontecer uma transformação plena começando dentro da sala de aula, nesse contexto o/a professor(a) deixa de ser um(a) conhecedor(a) cultural e passa ser um(a) trabalhador(a) cultural, tornando-se um agente cultural que busca transformar relações desiguais e que busca transformar relações desiguais e que cruza fronteiras culturais em seus discursos e práticas (BOYLE-BAISE e GILLETTE, 1998). De acordo com o dicionário Michaelis; a definição de etnia é a “mistura de raças com a mesma cultura” (Michaelis, 2007, p.327).

“A palavra "etnia" é derivada do grego *ethnos*, significando "povo". Esse termo era tipicamente utilizado para se referir a povos não-gregos, tendo também a conotação de "estrangeiro". Mas por diversas vezes é possível presenciar o uso errôneo dessa palavra, a qual as pessoas utilizam para designar a cor. A etnia e a raça andam juntas “embora não possam ser consideradas como iguais, pois um conceito é associado ao outro. A diferença reside no fato de que etnia também compreende os fatores culturais, como a nacionalidade, a afiliação tribal, a religião, a língua e as tradições, enquanto raça compreende apenas os fatores morfológicos, como cor de pele, constituição física, estatura, traço facial.”³

Com essas afirmações, já foi possível perceber como esse termo é utilizado de uma maneira incorreta, visto que é um tema amplo que abrange a formação de uma sociedade que possui vários grupos étnicos. Agora veremos um pouco sobre alguns grupos que tornam o Brasil um país composto por muitas etnias, só de indígenas no território nacional há cerca de 210 etnias (BRASIL, 1997, p. 125).

De acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o site www.lusoafrika.net, podemos conhecer dados importantes relacionados a grupos étnicos, os quais foram classificados e definidos detalhadamente, tais como: índios, brancos, negros, pardos e amarelos.

³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Etnia>.

Nesse site, está exposto uma reflexão sobre o desaparecimento do povo indígena que é algo preocupante para todos os brasileiros, porque a nossa cultura em geral está se acabando junto com eles. Todos devem ter a consciência que eles foram os primeiros habitantes desta nação, por direito essas terras todas teriam que ser deles, mas o que presenciamos é totalmente ao contrário, vemos uma população abandonada.

Alguns vivem, em extrema pobreza sem nenhum apoio social, sem a valorização de suas crenças, de suas culturas, de seus hábitos de vida, até a língua materna estão tendo que esquecer para se habituar ao mundo moderno, para poder estudar, e crescer intelectualmente, tudo isso faz com que eles se tornem pessoas sem nenhuma significância, que obedecem às ordens dos brancos sem poder questionar a razão de terem que estudar a história de outros povos, na língua de outros e não dentro da sua própria.

Pensando nessa perspectiva, podemos afirmar que o indígena deve participar ativamente na sociedade como um elemento fundamental no estudo da história e da cultura do povo brasileiro e essa contribuição deve ser constante na formação do sujeito leitor em todos os âmbitos.

A história do povo indígena é uma história que vem se desenvolvendo dia após dia, considerando um povo que enfrenta uma luta diária para retomar seu espaço na sociedade nos diversos campos sociais sejam eles culturais ou educacionais. Um povo que desde o princípio foi obrigado a aceitar e adquirir costumes, língua, cultura de outro povo que não sabe nada a respeito que nem aceita as suas tradições.

Devido à luta desses povos, a questão do índio vem sendo pensada de maneira diferente por alguns órgãos do poder público que, de alguma forma tentam contribuir para que o índio venha a ser reconhecido como peça chave na formação da cultura brasileira para que seus direitos venham ser valorizados e aceitos. É possível perceber na área da educação indígena um avanço quando se trata do índio ter a sua própria escola, na qual se estude não só os elementos dos brancos, mas que sua língua materna e sua cultura prevaleçam fortalecendo assim o bilingüismo na escola e no currículo para:

Os índios compõem 0,4 por cento da população brasileira, somando cerca de 700 mil indivíduos. Populações indígenas podem ser encontradas por todo o território brasileiro, embora mais de metade esteja concentrada na região amazônica do Norte e Centro-Oeste. Consideram-se índios, todos os descendentes dos povos autóctones do Brasil. 0,4 por cento da população considera-se como tal. Em 1500, a população indígena rondava os cinco milhões indivíduos. Na metade do século XIX não passava de 100 mil pessoas e no final do século XX era cerca de 300 mil. Em 1985, somavam 220 mil indivíduos, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio). Hoje estima-se que os índios brasileiros não passem de 325 mil - menos de 0,2% da população brasileira.⁴

Com base nos argumentos apresentados vamos utilizar aqui o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas no que diz respeito à Lei das Diretrizes de Bases da Educação, a qual estabelece um diferencial da escola indígena das demais escolas, visto que, deve se valorizar a interculturalidade, na qual preserve no indígena a sua cultura, a sua história de vida, seu espaço geográfico e a sua Literatura como foi proposto acima.

Queremos destacar aqui alguns “direitos coletivos dos povos indígenas, eles têm o direito ao seu território e aos recursos naturais que ele abriga, o direito a decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais, e o direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma” (Brasil, 1998, p.30). De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, (RCNEI), todos os índios possuem direitos que devem ser cumpridos, não só pelas autoridades, mas sim pela sociedade em geral. Pensando nos direitos é possível tecer aqui um apontamento importante com relação ao crescimento da educação escolar indígena com dados recentes, que nos criam esperanças de que a nossa luta por fazer valer os seus direitos se concretizem.

“A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo avanços significativos visto que a educação básica vem perdendo seus(suas) alunos(as) quando os mesmos chegam no Ensino Médio, a educação indígena vem acrescentando cada vez mais matrículas, é o que afirma uma nota na Revista Nova Escola de abril de 2010:

⁴ Disponível em: www.lusoafrika.net.

Enquanto o número total de matriculados na educação básica diminuiu 1,23% de 2008 para 2009, na Educação Indígena foi registrado o crescimento de 11,7% no mesmo nível, mostra o censo escolar 2009. O aumento, porém, não se distribuiu de forma equitativa. O Sudeste observou crescimento de 64,15%, mas o índice diminuiu em regiões do país com grande concentração de povos indígenas, como o Norte. (Nicolielo, Nova Escola, 2010. p. 34).

As afirmações apresentadas vêm apontando uma grande lacuna quando são formados os currículos seja para eles da escola indígena sejam da Educação Básica, visto que ainda não está acontecendo a associação das culturas para formulação desse currículo, há necessidade de levar em conta o outro, porque os indígenas têm que estudar a cultura do branco no seu currículo, enquanto o branco só lembra-se do índio no dia 19 de abril.

O currículo vem sendo pensado como uma forma de “domesticar” o índio atribuindo a eles uma outra forma de ver o mundo, vindo a reforçar a ideia de que a sua visão está errada, que sua cultura não sobrevive mais. Essas questões são tão óbvias que é ensinado ao índio a Língua Portuguesa, nessa tentativa de ensinar o próprio falante acaba deixando de lado a sua língua materna, seus costumes, sem falar que são povos que possuem uma Literatura farta, que poucas vezes é estudada, seja por eles ou pelo resto da população nas escolas, na qual deveria ser um ponto de partida para que o indígena obtivesse o seu devido merecimento.

Em 1988, tornou-se oficial a “existência das línguas indígenas no Brasil”, o que vem possibilitando uma abertura maior para a educação bilíngue nas escolas indígenas, como lançamos a proposta anteriormente, mas há relatos que esses tipos de escola já existem no Brasil há algum tempo antes mesmo de ser pronunciada a todos, mas antes era desenvolvida por missionários que obrigavam a seguir o currículo nacional brasileiro, não possibilitando assim o conhecimento real dos locais indígenas em seus respectivos programas (SANTOS *apud* SOUZA, 2001).

A abertura de escolas bilíngues deveria abrir um vasto espaço para tratar a temática do índio, na sua educação, mas no presente momento ainda vemos que nem sempre o que está no papel torna-se realidade, pois muitos índios transitam por aí sem um espaço, sem serem tratados dignamente, sem poderem concluir o Ensino Médio,

nem pensar em um curso superior. Eles não têm espaço nessa sociedade, mas sabemos que as leis estão aí propostas o que falta é sensibilização da população e dos próprios índios na luta pelos seus direitos.

O professor Korotowi Ikpeng, da aldeia Ikpeng, no Parque Indígena do Xingu, afirma que:

A escola indígena existe para preservar o costume, a cultura e o hábito da comunidade. Nela o professor ensina música, dança, cantiga e as histórias dos antepassados. A escola é para incentivar o valor tradicional de cada povo, assim aquele povo é sempre aquele povo. [...] Ela ensina também o conhecimento do mundo do branco, a falar português, elaborar documentos para autoridades, fazer projetos para conseguir recursos para atender aos interesses da comunidade. Ela ensina também como defender o território do Xingu, como manejar os recursos naturais, tudo que tem a ver com o índio a escola ensina, esse é o benefício da escola para cada povo.⁵

Os dados apresentados comprovam que o índio tem vontade de ser reconhecido, ser percebido na sociedade em que vive. Para isso, tomam conhecimento da cultura, da língua do branco para poder cobrar seus direitos, é por esse motivo que a sociedade começou a tomar ciência de que é importante valorizar a cultura indígena, visto que são povos que só contribuíram e contribuem para a formação da história do povo brasileiro.

Enquanto que:

Os brancos compõem 53,7 por cento da população brasileira, somando cerca de 96 milhões de indivíduos. Estão espalhados por todo o território brasileiro, embora a maior concentração esteja no Sul e Sudeste do Brasil. Consideram-se brancos todos os descendentes de europeus e de outros povos de cor branca. Até 1800, cerca de um milhão de europeus imigraram para o Brasil. No século XIX e XX, entraram quase seis milhões de europeus no Brasil. Hoje, os brancos formam o maior grupo étnico do país, sendo formado ao longo de cinco séculos de imigração proveniente da Europa. Até à metade do século XIX, a população branca do Brasil era basicamente de origem portuguesa porém, entre o final do século XIX e início do século XX, pessoas de diversos outros países europeus imigraram para o País. Atualmente, os brancos brasileiros são descendentes de uma grande diversidade de povos, que inclui principalmente povos Latinos (portugueses, italianos, espanhóis), Germânicos (alemães) e Eslavos (polacos, ucranianos), entre outros. Além dos europeus, há também os descendentes de imigrantes árabes de cor branca (libaneses e sírios).⁶

Os brancos por diversas vezes também sofrem algum tipo de preconceito nos nossos dias atuais, visto que por vezes são julgados pelos seus antepassados, por serem considerados opressores de escravos e o principal causador da extinção dos

⁵ Disponível em: Moderna, 2005.p.60 *apud* www.socioambiental.org. 2005.

⁶ Disponível em: www.lusoafrika.net.

indígenas. Não se pode desconsiderar todas essas questões, mas não pode seguir o mesmo pensamento, deve acontecer uma mudança para que a sociedade conviva em harmonia superando seu estranhamento cotidianamente.

Com base no entendimento da superação do estranhamento em valorização do diálogo das culturas:

Os negros declarados compõem 6,2 por cento da população brasileira, somando cerca de 11 milhões de indivíduos. Estão espalhados por todo o território brasileiro, embora a maior concentração esteja no Nordeste. Consideram-se negros todos os descendentes dos povos africanos trazidos para o Brasil e que têm a pele negra. A escravidão no Brasil durou cerca de 350 anos e trouxe para o país aproximadamente três milhões de negros. Milhões de brasileiros são descendentes de africanos, mas apenas um número muito reduzido que forja a real população negra do Brasil, se considera negro.⁷

Há indícios de que a própria população negra não admite sua raça visto que o histórico social mostra que eles foram muito oprimidos no passado. No nosso cotidiano presenciamos em nossa sociedade diversas formas de discriminação para com os negros ou descendentes, por vezes há medo de se assumir e até de respeitar o outro também, pois eles carregam uma indignação que os tornam arredios, por vezes é possível encontrar um tratamento diversificado entre eles, pois alguns se julgam diferentes e não aceitam a aproximação do outro. Cabe a todos respeitar, e conhecer o outro e não se fixar em cor de pele, é preciso romper as barreiras que a história impõe com nossos antepassados, é preciso se orgulhar da história cultural e de vida, lutando sempre para que os direitos sejam cobrados assim como muitos movimentos afrodescendentes vem fazendo, lutando pelos seus direitos e respeitando os dos outros também.

De acordo com alguns dados levantados pelo IBGE e apresentados pelo Luso África, os pardos se estruturam assim:

Os pardos compõem 38,5 por cento da população brasileira, somando cerca de 70 milhões de indivíduos e estão espalhados por todo o território brasileiro. Consideram-se pardos todos os descendentes de mistura de raças no Brasil e que têm a pele parda. Embora o IBGE considere os pardos brasileiros como sendo automaticamente afro-descendentes ou mulatos frutos da mistura do branco com o negro, há uma grande discussão em torno disso, pois muitos são frutos da mistura de branco com índio (caboclo ou mameluco), de índio com negro (cafuzo) ou de outras tantas misturas raciais que abundam no Brasil.

⁷ Disponível em: www.lusoafrika.net.

Todavia, devido ao preconceito, muitos negros brasileiros classificam-se como pardos, o que faz com que muitas vezes pardos e negros sejam considerados o mesmo grupo étnico.⁸

Para caracterizar os amarelos, sabemos que:

Os amarelos compõem 0,5 por cento da população brasileira, somando cerca de um milhão de indivíduos. Estão concentrados majoritariamente em dois estados brasileiros: São Paulo e Paraná. Consideram-se amarelos, todos os descendentes de povos asiáticos. A grande maioria dos amarelos brasileiros é descendente de japoneses que imigraram para o Brasil entre 1908 e 1960, devido a problemas econômicos. O Brasil abriga hoje a maior comunidade japonesa fora do Japão. Outros grupos amarelos menores são os chineses e coreanos.⁹

“Geralmente se percebe que os grupos étnicos compartilham uma origem comum, e exibem uma continuidade no tempo, apresentam uma noção de história em comum e projetam um futuro como povo. Isto se alcança através da transmissão de geração em geração de uma linguagem comum, de valores, tradições e em vários casos e instituições”.¹⁰ Cada grupo tem sua história um não é melhor que o outro todos formam uma sociedade, e precisam viver em harmonia para que o mundo não se torne um lugar impossível de se viver, no qual cada grupo tome consciência que nenhum pode ser soberano ao outro, que não é a raça, nem formação histórica que vai provar quem é melhor.

Para retratarmos o valor da diversidade, convém compreendermos que:

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas expectativas culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos e natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade (GUILHERME, 2010, *apud* LIMA, 2006, p. 17).

A diversidade se apresenta nas diferenças que existem no ser humano na variação de ideias, de cultura, de crenças, comportamentos, valores, identidades e opções sexuais. Nos currículos nacionais, a diversidade se apresenta de uma forma não muito exposta, está quase sempre nos temas transversais quase nunca como um

⁸ Disponível em: www.lusoafrika.net.

⁹ Disponível em: www.lusoafrika.net.

¹⁰ Disponível em: www.lusoafrika.net.

eixo central a qual está referida como eixo temático no currículo chamado de justiça social, educação e trabalho; inclusão, diversidade e igualdade.

A diversidade é apresentada na Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional LDB nº 9394/96 entendida como orientação legal para a construção das diretrizes curriculares nacionais dela advindas. No seu artigo 26, a LDB confere liberdade de organização aos sistemas de ensino (BRASIL, 2004, p.14). A Lei dá a liberdade de cada escola trabalhar da maneira que considerar melhor a temática da diversidade, isso pode ser o fator que contribuiu para que o tema diversidade não se tornasse muito conhecido das pessoas, pois se a escola podia optar por trabalhar o tema da maneira que achasse melhor houve uma deficiência porque dessa forma muitas escolas não trabalharam e foi gerando uma “bola de neve” onde até nos dias atuais quando se fala de diversidade muitos se perguntam o que é isso.

Pensando em toda essa questão há pouco tempo houve uma alteração na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei Federal nº 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências.

Mesmo com a alteração da lei ainda faltava alguma referência, pois não eram só os negros que estavam sendo prejudicados, visto que, quando falamos de cultura em nosso país, os índios são sempre lembrados como seres canibais, um povo preguiçoso, que não têm atitude para nada. Poucas vezes são lembrados como seres humanos que compõem a sociedade brasileira.

Os indígenas possuem uma cultura rica, a qual merece ser conhecida pelos demais povos, e as demais culturas. Geralmente nem um lugar para morar eles têm, sendo que eles são os verdadeiros donos das terras das terras brasileiras. É perceptível que nem em nossos currículos educacionais há tópicos específicos para retratar, apresentar à cultura, o modo de vida, as tradições desses povos que contribuíram e contribuem para a formação do povo brasileiro. É preciso que a sociedade reconheça que o índio não é aquele ser que anda sem roupas, sem fazer nada, dançando a dança da chuva com penas na cabeça, fazendo algum tipo de som de animais, que é lembrado como algo do passado, que não tem nenhum vínculo com o presente.

Com intuito de mudar o pensamento da sociedade surge então outra alteração no cenário da educação brasileira com a Lei Federal nº 11.645, de março de 2008 que visa incluir o estudo da cultura indígena no currículo educacional, a qual afirma assim:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Na qual afirma no art.1º O art. 26-A da lei que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, a qual será ministrado no âmbito de todo currículo escolar. (BRASÍLIA, 2008, p. 13).

É possível perceber que as alterações têm por objetivo tratar da diversidade cultural do povo brasileiro incluindo dois povos que são precursores da história do nosso país que não são valorizados como deveriam e não recebem o devido respeito para com a sua identidade cultural. Ao se falar de identidade não se pode ser deixar de lado a questão da diferença também quando se assume uma identidade deve se levar em conta que haverá uma consequência que chamamos de diferença. Diferença essa que se apresenta em forma de pensamentos, de características, sejam elas físicas ou psicológicas, de gostos diferenciados e de atitudes entre outros fatores.

Pensando nisso abordaremos a seguir um apanhado de uma análise crítica que fizemos do livro *Identidade e Diferença, a perspectiva dos Estudos Culturais*, traduzido por Tomaz Tadeu da Silva, no qual vamos perceber um pouco do que se trata essa identidade e essa diferença que se apresenta em nosso cotidiano sem, muitas vezes, percebemos e damos valor.

A perspectiva dos estudos culturais de Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward, apresenta ao leitor três artigos que trabalham com *identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual*, de Kathryn Woodward(1999), *A produção social da identidade e da diferença*, do organizador, Tomaz Tadeu da Silva(2004) e *Quem precisa da identidade?* De Stuart Hall(2000), os temas propostos apresentam um amplo conjunto dessas abordagens que debatem a questão da identidade dentro do horizonte dos estudos culturais, ou a análise das representações de mundo e a identidade no interior dos grupos marcada pelas diferenças sendo essas diferenças consciência identitária de grupo.

No primeiro artigo, *identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, Kathryn Woodward mostra o drama da guerra e o conflito de duas identidades diferentes dependentes de duas posições nacionais, a dos sérvios e a dos croatas um problema de povos que têm em comum “cinquenta anos de unidade política e econômica. [...] Eles partilham o local e diversos aspectos da cultura”. (WOODWARD, 2000, p.8), mas o discurso do “miliciano sérvio é de que os sérvios e os croatas são totalmente diferentes, até mesmo nos cigarros que fumam”. Mas aos poucos vai se percebendo a grande semelhança entre os dois grupos que na verdade não há nenhuma diferença, é um conflito sem necessidades. O que leva a nos pensar que a “identidade é, assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2000, p.9), pelos próprios símbolos, os quais apresentam um questionamento de que o outro não é o que eu defino como sendo o outro, o que penso que seja o outro é apenas uma representação que faço dele. E, nesse sentido, pode-se afirmar que o outro encontra-se completamente representado embora também me represente, “assim a construção da identidade é tanto simbólica quanto social e propicia causas e consequências, que às vezes levam a decadência de uma sociedade” (WOODWARD, 2000, p. 10). Seguindo reivindicações que estão baseadas na natureza, que vêm passando de geração a geração baseando-se em alguma versão essencialista da história e do passado.

A citação que Woodward(2000) faz quando se refere ao outro, pode ser explicada no fato de que o mundo, e outro são representados; mas ao mesmo tempo o eu encontra-se representado pelo outro. Essa representação é feita por mecanismos de negação na qual a “identidade e diferença” está relacionada à oposição encontrada na própria forma como a identidade é definida. Nesse sentido, o “eu e o outro são duas existências que se interpõem numa relação que, mesmo sendo de oposição, é básica para o próprio fundamento da identidade, uma vez que esta é marcada pela diferença, ou, em outras palavras, a negação do outro é afirmação do eu, daquilo que sou, porque ele não”. (Moises, 2011, p.5). Pensando nisso a autora afirma que:

“A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser sérvio é ser um não-croata. A identidade é, assim, marcada pela diferença”. (WOODWARD, 2000, p. 9).

É possível perceber que a identidade é construída simbolicamente e socialmente. Simbolicamente podem ser percebidas a partir dos valores nacionais, da comida, expressões culturais que têm a língua como seu principal elemento de identidade. (MOISES, 2001, p.5)

A partir de um fragmento de análise sobre identidade e representação Woodward, considera que:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.” “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos (WOODWARD, 2000, p. 17).

Esta afirmação nos leva a crer que a representação é, assim, um processo cultural de significação da experiência humana. Sendo essa significação a identidade que por sua vez, dentro da capacidade humana, não pode ser estável e imutável. É possível perceber a grande mobilidade internacional nos processos migratórios e suas consequências para as identidades de quem migra e das comunidades que recebem esses “intrusos” sucedendo-se a partir daí um processo onde ambos os grupos passam por uma transformação mudança que nem sempre é harmoniosa. Se a “migração produz identidades plurais”, afirma a autora, “produz também identidades contestadas” e a “consequência disso são as desigualdades.” (WOODWARD, 2000, p. 9).

O Brasil por ser um país com diversas culturas e identidades diferentes também sofre tais consequências tanto na área étnicorracial como social, religiosa entre outras, é perceptível tal característica, nos dias atuais em nossa sociedade também. Alguns povos são imigrantes que se formaram em colônias que possuem certo afastamento de outros grupos sociais só porque não estão inseridos na mesma raça ou não participam das mesmas culturas.

É visível que não é só o Brasil ou os povos croatas e sérvios conforme nos lembra Woodward (2000), que travam e entram em crise de identidade há uma generalização desestabilizada das crises de identidades de diversos grupos em movimento que encontram suporte em certezas étnicas e históricas numa espécie de retorno às origens. Nesse retorno podem recorrer ao recurso histórico à história nacional (Moises, 2011).

Grupos humanos são dinâmicos, vivem em atividades constantes, por isso não se pode afirmar que há uma identidade estática; ocorrem muitas mudanças dentro dos diversos grupos existentes e de diversos grupos que são criados com frequência alguns em defesas de direitos dos homossexuais, outros religiosos, étnicos, culturais, sociais, dentre outros.

Mas em todos é visível que:

As identidades são diversas e instáveis, a identidade é aquilo que distingue o grupo do outro e por isso precisa refletir a dinâmica desse grupo. Ela é oposta da diferença porque o grupo é aquele que tem uma identidade comum, mas precisa da diferença porque o grupo é o que o outro não é". (WOODWARD, 2000, p. 9).

Tomaz Tadeu da Silva fala sobre "a produção social da identidade e da diferença", que é uma sequência das primeiras proposições. Numa abordagem mais voltada para a aplicação pedagógica, este estudioso aprofunda o tema do multiculturalismo criticando uma postura pacifista que defende a tolerância e respeito à diversidade e a diferença. O autor classifica a identidade como sendo aquilo que se é e a diferença como aquilo que o outro é. Nesse sentido, sem a diferença, a identidade perderia sua razão de ser, ou pelo menos de conceituação. O autor afirma que o multiculturalismo "apóia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade a diferença" (SILVA, 2000, p.73).

Silva (2000) defende que identidade e diferença são criações da linguagem, ou seja, associando a Woodward, são representações. Mais os signos da linguagem têm significação apenas quando em relação a um conjunto de outros signos que lhe são opostos. De outro lado o autor afirma que é no universo social que a identidade e a diferença são reconhecidas e que sua definição discursiva e linguística (MOISES, 2011, p.15), "está sujeita a vetores de força e relações de poder" (SILVA, 2000. p.81). As definições de identidade e de diferença tratada por Tomaz Tadeu faz aumentar a discussão sobre os conflitos sociais e as desigualdades que vem sendo debatidas desde o início dessa discussão.

Para o autor, "o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade: de outro, os processos que tendem subvertê-la e a desestabilizá-la". "Tal

como a linguagem, a tendência da identidade é para fixação” (SILVA, 2000, p. 81). Podendo relacionar a divisão do mundo entre puros e impuros, o que é uma forma de classificar a própria identidade étnica ou racial usada para demarcar diferenças uma vez que o étnico e o racial são usados para classificar o outro, o diferente. (Moises, 2011, p.15). “A identidade e a diferença estão estritamente ligadas a sistemas de significação. A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído” (SILVA, 2000, p. 89).

A produção da diferença e da identidade pode ser explicada através da performatividade que tem mais a ver com o tornar-se do que com o ser. Para maior esclarecimento ela é apresentada como sendo proposições que “desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é uma ênfase que é de certa forma mantida pelo conceito de representação para a ideia de “tornar-se,” para uma concepção da identidade como movimento e transformação” (SILVA, 2000, p. 92).

Tomaz Tadeu da Silva (2000) conclui fazendo um apontamento para a intervenção de um processo pedagógico que supere a mera convivência com a diferença. A negação da identidade como uma prioridade; no qual as relações que envolvem inclusões e exclusões, poder e força, a ação didática teria um efeito mais imediato o qual colaboraria para o desvendamento da produção da identidade, valorizando a diferença de cada grupo em suas respectivas áreas de abrangência, sejam elas políticas, sociais, culturais, um aprendendo com o outro.

Stuart Hall(2000) em “Quem precisa da identidade” faz uma conclusão da análise conceitual da identidade envolvendo o campo da psicanálise para concluir que a identidade não é um conceito essencial, retomando a ideia de Tomaz Tadeu, afirmando que é fruto do conceito posicional. As identidades, estabelecidas pelas diferenças, constituem posições que os indivíduos precisam assumir assim se fosse realmente necessário dar resposta à pergunta sobre quem precisa de identidade, certo seria dizer que todos os indivíduos enquanto integrantes de um grupo precisam de identidade que os liguem a esse grupo. Todos os indivíduos possuem identidades próprias que precisam ser trabalhadas em conjunto para que a sociedade sobreviva (MOISES, 2011 *apud* Silva, 2000, p.20). “As identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para

excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em exterior em objeto”. “Toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais” (SILVA, 2000, p.11).

CAPÍTULO II

2 IDENTIDADE CULTURAL E LITERATURA COMO PRÁTICA SOCIAL

A identidade pode ser marcada pela diferença, por meio de símbolos, pelas condições sociais e materiais que envolvem o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas pensando dessa forma vamos tratar aqui de uma forma de arte que abrange todo um contexto social, uma com bagagem histórica e diferentes pontos de vista.

A literatura é um fator extremamente importante na formação da cultura, na sociedade e na formação do sujeito leitor, “é um ato de fala ou de evento textual que suscita certos tipos de atenção que contrasta com outros tipos de atos de fala.” “Não é apenas uma moldura na qual colocamos a linguagem e ela se torna Literatura, ela é a linguagem que coloca em primeiro plano a própria linguagem, dentro de regras que devem ser obedecidas (CULLER, 1993, p. 34). Podemos dizer que a Literatura se apresenta em diversas definições segundo Jonathan Culler, podendo ser “ a Literatura como a colocação em primeiro plano da linguagem.” “Literatura como integração da linguagem”, “ literatura como ficção”, “Literatura como objeto estético”, “como construção intertextual ou auto-reflexiva”. Como educadores, vemos que há um grande preconceito, e até uma certa falta de vontade de se trabalhar com a Literatura na formação pessoal do(a) aluno(a), por vezes ela é vista com maus olhos por parte da equipe docente pois, eles/elas não percebem o porquê de ler, ou trabalhar um texto literário com isso surge uma grande deficiência na formação de nossos(as) educandos(as), visto que deixam passar muitos fatos históricos, muitas culturas diferentes que se apresentam nos textos literários que só enriquecem os conhecimentos científicos e humanos da sociedade em que vivem. A Literatura proporciona ao sujeito leitor os vários caminhos que surgirão durante a sua caminhada pela vida.

A Literatura e estudos culturais como uma forma de identidade cultural e prática social, fica evidente que se pode dividir a cultura como, uma expressão do povo e a cultura como imposição sobre o povo, no qual se apresentam diversas classes da

sociedade, é uma forma de dar oportunidades ao povo aos grupos marginalizados da sociedade, da elite social, da cultura de massa, é uma das principais fontes que proporciona ao ser humano um estudo sobre si mesmo e sobre o outro que está a sua volta.

A literatura revela diversas identidades que podem ser associadas ao cotidiano das pessoas apresentando valores que por vezes faltam na sociedade, é um modo de conhecer a história dos diversos povos e a sua própria história (Culler, 1993, p. 48-55). A obra literária atua como um conjunto de fatores sociais que permeiam sobre a formação com grandes influências que ela exerce no meio social a que pertence. O fator social não disponibiliza apenas as matérias, mas também atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte. Deve-se perceber a Literatura como um todo indissolúvel, fruto de um tecido formado por características sociais distintas, porém complementares. Dentro de uma obra literária podemos explorar tantas coisas que trariam diversos benefícios a sociedade começando das próprias referências bibliográficas do autor dos lugares apresentados dentro da obra trabalhada, das datas, das manifestações de determinados grupos sociais presentes na história, da linguagem aplicada, envolver todo o contexto da obra e da história da obra para que venha ter significado para o (a) aluno (a) dentro do seu conhecimento de mundo. Dessa forma a Literatura ganha um caráter sociológico de estudo partindo elementos de análise das relações sociais do indivíduo nas obras literárias que para ele é proposto a leitura e a compreensão da mesma. (Moreira, 2009).

Assim, cabe lembrar que:

Quando fazemos uma análise desse tipo da obra literária, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo (CANDIDO, 2006, p.16-17).

A junção desses elementos forma um “fermento orgânico” (CANDIDO, 2006, p. 17), na qual a diversidade se torna coesa e possibilita um estudo mais aprofundado e estruturado em bases históricas, sociológicas e críticas, adquire uma real validade

inserida em um contexto social real do aluno, possibilitando a ele uma interpretação coerente do que ele lê (MOREIRA, 2009). Pode-se dizer que, “O social passa por um processo de interiorização em que o autor o reconstrói, elaborando-o de uma maneira estética diferenciada para que seus leitores viabilizem tais características dentro da obra. “A criação, não obstante singular e autônoma, decorre de uma visão do mundo, que é fenômeno coletivo na medida em que foi elaborada por uma classe social, segundo o seu ângulo ideológico próprio” (CANDIDO, 2006, p. 23).

Dessa forma, Candido(2006) deixa claro que a própria criação já envolve diversos fatores sociais, para que o leitor automaticamente perceba esses elementos. Dessa maneira deve-se pensar que a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte, assim como a influência que a própria obra exerce sobre o meio. A arte literária pode então, ser uma expressão da sociedade, não deixando de se considerar o teor de seu aspecto social, ou seja, o quanto ela está interessada nos problemas sociais. A partir do século XVIII, a Literatura passa a ser também um produto social, já que expressa condições de cada civilização em que se forma. Chegou-se a pensar que a medida que a arte é expressa na realidade ela transforma o indivíduo, já que descreve modos de vida e interesses de determinadas classes, não satisfazendo assim uma interpretação plena da sociedade (MOREIRA, 2009).

É possível perceber que a Literatura pode ser ensinada com diversos propósitos. Dentre os inúmeros propósitos, vamos enfatizar aqui o trabalho da Literatura no ensino voltado para prática social, como instrumento que ajuda a romper com o preconceito social, com o reconhecimento e valorização da identidade do sujeito leitor e sujeito lido.

Para trabalhar a definição de sujeito-leitor utilizaremos as reflexões da autora Eni Pulcinelli Orlandi a qual define que “o sujeito-leitor, se constitui na relação com a linguagem (enquanto intérprete) em função da textualidade, a qual se submete” (ORLANDI, 2005, p.63). “O sujeito é um agente que faz escolhas ao invés de escolhas impostas a ele ou ela.” “O é um ator ou agente, mas também pode estar sujeitado a vários regimes sejam eles psicológicos, sexuais e lingüísticos (CULLER, 1993, p. 108). “A Literatura sempre se preocupou com questões de identidade e as obras literárias esboçam respostas, implícitas e explicitamente para essas questões”.

As obras literárias oferecem uma gama de modelos implícitos de como se forma a identidade (CULLER, 1993, p.108-109). Percebe-se que há necessidade de se trabalhar a Literatura como ferramenta social, servindo de base para discutir temas que permeiam nossa sociedade como a valorização das diferentes raças, etnias, opção sexual, religião e classe social. Ao tratarmos aqui de sujeito, vamos perceber o sujeito como construtor de currículo e voltado para o contexto social, como concepção de identidade. Dessa forma, analisaremos algumas posições de autores a respeito do tema.

De acordo com Pacheco (2003, p.87), o sujeito se divide em identidades, as quais seriam propostas por períodos: Identidade do Sujeito do Iluminismo, Identidade do Sujeito Sociológico, Identidade do Sujeito pós-moderno.

Neste sentido, considerarmos que:

[...] O indivíduo humano é o centro e a origem do pensamento e da ação, que seus pensamentos e ações sejam, fundamentalmente, racionais e conscientes. [...] Esse sujeito é centrado, unificado, homogêneo, racional, consciente, reflexivo. Esse sujeito tem uma interioridade, um núcleo de subjetividade supostamente pré-social, extralingüístico e a - histórico. Trata-se enfim de um sujeito soberano (PACHECO, 2003, p.88 *apud* SILVA, 2000, p11-21).

Sabemos que cada indivíduo possui seu poder de escolha, cada um determina o caminho que quer seguir, mas como educadores(as) temos que pensar em mostrar opções de caminhos que beneficiem os(as) alunos(as). Por vezes não vemos isso na escola seria culpa de quem?

Trabalhar a Literatura na escola já exige planejamento rigoroso, visto que os(as) alunos(as) e muitos(as) professores(as) também não tem o hábito de ler, não são preparados(as) para esse mundo fantástico que é a leitura e acabam considerando tudo muito desgastante, sem conteúdo, muitos afirmam que não serve para nada, mas confirmamos nesta pesquisa que estes(as) profissionais estão enganados(as). A proposta desse trabalho é exatamente essa, mostrar para a sociedade que a Literatura é uma fonte para se trabalhar diversos temas, com diversos autores que, por vezes, não são conhecidos devido a sua cultura, a sua raça, seus pontos de vista. É sabido que a sociedade deve trabalhar unida para que o sujeito encontre seu lugar e nele constitua suas perspectivas de vida, não de maneira a desconstruir o social, mas sim

contribuir para que ele aconteça cada vez melhor estruturado e elaborado, para um melhor aproveitamento de todos os aspectos nela presente, visto que:

A sociedade é um sistema de ação. E a ação não é somente decisão: é objetivada por orientações culturais que regem através de relações sociais conflituosas. O conflito não é contradição nem revolta, mas forma social de historicidade de produção da sociedade por ela mesma (PACHECO, 2003, p. 90 *apud* TOURAINE, 1984, p.105).

Como o sujeito é formado pelo seu meio social, cabe a todos os órgãos que participam ativamente dessa formação contribuir para que ele seja inserido de maneira significativa no meio social. Podemos afirmar que a escola entra aqui na formação desse sujeito como mediador(a) do processo para com o social em se tratando do sujeito leitor¹¹. Se fizermos uma associação entre sujeito leitor, Literatura como prática social e escola, veremos a base de se constituir uma sociedade rica de conhecimentos, de aspectos humanos, na qual todos os povos lutarão por um único alvo, a construção de uma sociedade feliz que valoriza o outro.

Sabemos que a escola brasileira possui várias deficiências em trabalhar temas que são indispensáveis a vida do sujeito leitor no âmbito literário, pois em geral, o trabalho com Literatura na sala de aula sempre teve uma certa deficiência visto que “até meados do século XX , para o ensino da Literatura, vigorou a predominância do cânone, baseado na Antiguidade Clássica”, com leitura do texto no ensino primário e ginásial, o qual transmitia a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais, e estratégias para inculcar valores religiosos, morais e cívicos”. Outras mudanças foram ocorrendo na tentativa de melhorar o estudo, então passou-se a centrar-se “numa análise literária simplificada, partindo de propostas de questionários sobre as personagens principais e secundários, tempo e espaço da narrativa.”

Já “em, 1990, o ensino da Literatura passou a pertencer apenas ao segundo grau, com abordagens estruturalistas, com análises de textos poéticos, focando a forma estrutural” (DCLPL, 2006, p.17-18).

Atualmente os livros didáticos e alguns educadores priorizam autores e textos que são passados todo ano, sem nenhuma modificação, sem ir além de uma simples leitura, tornando-se apenas rotina, pautada só no ensino para conhecimento específico,

¹¹ Mantivemos sujeito leitor como referenciam vários(as) autores(as) para enfatizar este conceito, mesmo tendo sido observado que em todo o texto demarcamos a questão do gênero masculino/feminino.

não como algo que envolve cultura uma prática social. Há uma nova postura metodológica atualmente na qual vem se questionando o porquê de não se trabalhar outros textos, de uma forma diferente, não apenas para conhecimento específico, mas como contribuição social, tornando o(a) aluno(a) um crítico(a), que se interessa em ler, questionar, trabalhar com autores(as) que sofreram grandes preconceitos, que retrate a história, sua identidade.

Podemos dizer que “ao longo da história brasileira o ensino de Literatura não foi democrático, no sentido de não aceitar a produção do(a) aluno(a) face às suas preferências literárias. E servir ao interesse das classes dominantes as detentoras do poder” (SAPELLI, 2010, p. 123).

Ao se trabalhar a Língua Portuguesa e Literatura nas escolas, deve-se ter em vista questões fundamentalmente linguísticas, pois de acordo com Sapelli. As inovações começaram a ter:

Participação significativa depois dos anos 70, quando se percebeu que o aluno precisa ter um papel ativo no processo de ensino da Língua Português e Literatura , deixando de ser apenas um ouvinte ou aprendendo normas para envolver-se com conteúdos e práticas que sejam realmente significativos, dando lugar, portanto a um ensino baseado na concepção de que a linguagem, essencialmente dialógica, constitui-se em interação social, mais do que apenas expressão do pensamento ou instrumento para a comunicação (SAPELLI, 2010, p.124).

É importante para a interação do(a) professor(a) com o aluno o professor(a) ao ensinar Literatura sempre fazer associações do conhecimento de mundo, das experiências vividas por eles no seu cotidiano, dessa forma a Literatura se constitui como ato social visto que pode se trabalhar com diversos temas associados a pluralidade, a história de cada indivíduo, seus antepassados. Tudo acarretará benefício geral, visto que “Os alunos trazem para a escola um conhecimento prático dos princípios da linguagem, que assimilam pelas intenções cotidianas e que usam na observação das regularidades, similaridades e diferenças dos elementos linguísticos empregados em seus discursos” (SAPELLI, 2010, p. 128 *apud* PARANÁ, 2008, p. 23).

Quando há um estímulo para trabalhar a Literatura como contribuição social, os(as) próprios(as) alunos(as) enriquecem o conteúdo proposto através de histórias contadas, atos presenciados dentro de seu contexto social.

Se analisarmos o contexto histórico do ensino de Literatura, perceberemos que, como já foi referenciado algumas vezes nesse trabalho, a Literatura sempre foi pautada no estudo histórico “uma realidade voltada para a historiografia” (SAPELLI, 2010,p.132), não como prática social, que rompe com as barreiras dos grandes cânones.

Nos dias atuais vemos tratar muito da Literatura como prática social, pois as próprias DCLPL (Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa e Literatura, 2006) viu a necessidade de uma mudança urgente, onde o(a) aluno (a) tivesse contato com textos literários e os mesmos fizessem sentido para sua prática social pois:

Todos os livros favorecem a descoberta de sentidos, mas são os literários que fazem de modo mais abrangente. Enquanto os textos informativos atêm- se aos fatos particulares, a literatura dá conta da totalidade do real, pois, representando o particular, logra atingir uma significação mais ampla (SAPELLI, 2010, p. 132 *apud* BORDINE; AGUIAR, 1993, p. 13).

Ler proporciona ao leitor a possibilidade dele descobrir a vida, descobrir o real significado da sua existência, através de conhecimentos adquiridos por experiências do outro, valorizando a todos dentro de seu meio social. No entanto, para que haja interesse dos(as) alunos(as) é preciso haver a participação intermediária e ativa do(a) professor(a), pois “ler literatura propicia a percepção de diferentes aspectos da realidade. A Literatura dá forma a experiências que, muitas vezes, são desconcertantes para o leitor, ajudando-o a situar-se no mundo” (TUFANO, 1988, p.4).

A leitura pode proporcionar inúmeras coisas, soltar sua imaginação, estimular sua criatividade, aumenta seu vocabulário, facilita a escrita, simplifica a compreensão das coisas, ajuda na vida profissional, melhora a comunicação com os outros, amplia seu conhecimento geral, liga seu senso critico na tomada. Bastam apenas 15 minutos por dia mergulhado em livros para você se dar melhor nos estudos e na vida (NOVA ESCOLA, 2011, p.32)

Pensando mais uma vez no(a) professor(a) que é o(a) mediador(a) do conhecimento, novamente levantamos aqui a questão do porquê dos(as) alunos(as) não se interessarem por Literatura? É sabido por nós que dentro das salas de aula há inúmeros(as) professores(as) da área de Letras que evitam tratar a Literatura como um ato social, como oportunidade de trabalhar questões sociais, dessa forma restringem-se apenas aos estudos históricos e gramaticais como foi mencionado. Neste sentido lembramos que:

Para muitos professores e estudiosos da área de Letras, a Literatura só se mantém na escola por força da tradição e da inércia curricular, uma vez que a educação literária é um produto do século XIX que já não tem razão de ser no século XXI. Em seu lugar, entroniza a leitura de jornais e outros registros escritos, sob o argumento de que o texto literário não seria adequado como material de leitura ou modelo de escrita escolar, pois a literatura já não serve como parâmetro nem para a língua padrão, nem para a formação do leitor, conforme parecer de certos linguístas (SAPELLI, 2010, p. 134-135 apud COSSON, 2007, p. 20-21).

A informação recebida acima nos preocupa pois a questão do desaparecimento da Literatura é por esses e outros motivos que nós não defendemos que só se estude a Literatura, mas sim utilize-se dela para aplicar temas sociais atuais, históricos da formação da população brasileira não deixando de lado as classes marginalizadas, e se utilize sim meios tecnológicos como jornais, TV, CD, revista, e todos outros meios de comunicação para trabalhar com os(as) alunos(as), mas em hipótese alguma podemos deixar a Literatura morrer.

Entretanto já agradecemos à Lei Nº 11.645, de março de 2008, “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ” que obriga o professor a favor da morte da Literatura, ter que estudar e retomar não só fatos históricos, mas fatos atuais que consistem na sociedade em geral através de temas sociais como identidade, cultura, raça, etnia, e a contribuição social de todos na formação de um país chamado Brasil. Esta Lei Federal traz uma excelente oportunidade de ser reavivada a Literatura à luz do currículo multicultural em face a perspectiva étnicorracial numa perspectiva dos estudos culturais.

Sabemos que a sequência de reformulação das leis não acontecem só agora e mais recentemente, há uma questão histórica envolvida, tratamos anteriormente da questão mais atual, mas não poderíamos deixar de fora de nossas pesquisas a evolução das leis que referenciaram a Literatura ao decorrer de todo esse processo recente. Pode se afirmar que, com a mudança na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, já vinha sendo pensada a relação que o estudo da Literatura poderia fazer com o meio social, uma maneira de abrir novos horizontes para se trabalhar a temática da pluralidade com a inserção de importantes autores ainda desconhecidos, autores afro-descendentes, indianistas,

mulheres, entre outros. Não deixando de lado os que já vêm sendo trabalhados, mas sim repensando em uma forma nova de como tratar a questão literária não só pautada nos movimentos literários, em apenas fatos históricos em suas respectivas séries, mas sim utilizando a Literatura como prática social, como um movimento que arrebate os leitores para a formação de opinião, para uma sensibilização maior para com o outro. Pois “todo processo filosófico e pedagógico tem sempre em vista a afirmação da subjetividade humana” (SIDEKUM, 2003, p. 237 *apud* PANIKKAR, 1997, p.56.) o qual torna o sujeito um formador de caráter referencial, livre e disposto a navegar por caminhos que tragam liberdade.

Ser sujeito envolve a autoconsciência e a consciência da história no processo da ideação do mundo, o que implica uma constante transformação do mesmo por meio da manipulação do ambiente, articulando deveres, princípios, leis sociais, direitos e responsabilidades para com o outro.” [...] O sujeito humano é o espírito da síntese relacionado a sua autonomia, submisso, a seu mais profundo e recôndito pensar. A subjetividade implica o agir livre.[...] O sujeito humano tem consciência de si e determina-se como realidade oposta a outras realidades com as quais se relaciona historicamente, com a possibilidade de entendê-las e transformá-las como ser de cultura que é em sua inconfundível natureza (SIDEKUM, 2003, p. 238).

É possível referir-se aqui ao sujeito livre e aberto a escolhas através de textos literários, sujeito esse que encontra na escola o espaço para exercer esta liberdade, que precisa ser estimulado por seu mestre a buscar essa liberdade encontrar seu caminho através da leitura. “Ler é produzir sentido a partir de signos gráficos. É um processo custoso, intenso e violento de interferência na sensibilidade infantil ou adulta” (SALEH, 2010, p. 12). Ler é se tornar um sujeito crítico, perder a ingenuidade diante de qualquer tipo de texto principalmente literário. Assim, concordamos com a ideia de que:

Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos (SAPELLI, 2010, p.138 *apud* COSSON, 2007, p. 8).

Para Orlandi a leitura extrapola, rompe com muitos paradigmas sociais.

Dessa forma ela afirma que:

A leitura não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentido, em uma palavra: de historicidade. [...] “Um leitor é constituído no próprio ato da escrita. Em termos que denominamos “formações imaginárias” em análise do discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode se um seu “cúmplice” quanto um seu “adversário” [...] “Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito (ORLANDI, 1988, p. 9-11).

Já que estamos refletindo sobre o envolvimento do(a) aluno(a) com a Literatura vamos abordar uma questão muitas vezes vivenciadas por nós a respeito de como acontece a formação do sujeito leitor, partindo desse pressuposto acreditamos que: A formação do sujeito leitor no Ensino Fundamental e Médio através da Literatura se dá de uma maneira complicada visto que no Ensino Fundamental os(as) alunos(as) estão acostumados(as) a trabalharem com uma Literatura menos sistemática e mais aberta à escolha, quando lêem trabalham com livros de fácil compreensão junto com os tradicionais que só têm contato porque são obrigados .

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias (ORLANDI, 1988, p. 19).

A afirmação anterior revela que todo leitor deve participar ativamente do texto trazendo a ele significado, pois ele possui autonomia para fazer reflexões e análises associando ao seu conhecimento de mundo ele é um real construtor de ideologias e significados para o entendimento do texto. Pensando dessa forma percebemos que a falta de estímulo à leitura nas séries iniciais que acompanha o indivíduo até a sua estada no Ensino Médio. Por inúmeras vezes, o(a) aluno(a) passa para o Ensino Médio sem bagagem e sem referência de leitura, desconsiderando cada vez mais qualquer tipo de livro, não conseguindo acompanhar a linguagem dos livros exigidos nas respectivas séries. Nos quais se apresentam uma linguagem mais difícil de ser compreendida, é quando ocorre o inevitável distanciamento dos(as) alunos(as) dos livros e da leitura cotidiana a qual traz inúmeros benefícios futuros, que acompanha o

indivíduo até o fim de suas vidas, proporcionando a ele um crescimento científico e pessoal.

O(a) professor(a) de Literatura têm um papel fundamental como formador de leitores na trajetória de um(a) estudante, visto que tudo pode mudar na vida do sujeito leitor a partir das informações e dos estímulos que esse sujeito recebe para que a leitura para ele se torne algo significativo e coerente que envolva sua história social, na qual o mesmo possa se encontrar. Os indícios que temos não são satisfatórios quando nos remetemos ao gosto de leitura dos alunos(as), visto que o que é trabalhado em sala é uma esquematização de nomes de autores, datas, características de escolas literárias, os cânones, alguns aspectos da biografia dos autores e só, sendo que o campo da obra literária é vasto em questões de cunho social.

A Literatura, por vezes, soa para nossos(as) alunos(as) como algo distante de suas realidades que se torna insignificante nas suas maneiras de compreendê-la. Cabe ao(a) professor(a) ouvir e conhecer o repertório do(a) aluno(a) entendendo sua real necessidade. Ao selecionar materiais para serem trabalhados, deve-se sempre optar por textos que chamam a atenção, que os façam refletir não apenas nos conteúdos propostos nos livros, mas sim associá-lo ao mundo em que está inserido. Se a escola trabalhar em conjunto com os(as) alunos(as) nas seleções de livros, na formulação de projetos de leituras, na aplicação social desses projetos, todos serão beneficiados, e a sociedade pensará de uma forma diferente na qual toda a sociedade receberá seus frutos.

No que diz respeito à Literatura de autoria de minorias étnicas e sexuais podemos tecer aqui um breve comentário a respeito da questão social e literária nas classes que, por vezes, são criticadas sem conhecimento. “Por que ainda hoje hesitamos/evitamos agregar textos produzidos por esses grupos ao conjunto dos nossos bens simbólicos?” (SANTOS e WIELEWICKI, 2009, p.20). “Historicamente, o negro e o índio estão inseridos no contexto cultural, científico e religioso do Brasil desde a formação do Brasil colônia, porém há sempre uma sensação de estranheza diante desses grupos”(SANTOS, 2009, p.20). De acordo com Santos, citando a obra “O turista” aprendiz de Mário de Andrade (1976) apud Correia de Araujo, (2000, p.13), na

qual há uma questão que trata “o aproveitamento superficial das culturas africana e indígena brasileira, a qual aponta uma folclorização”, desses grupos sociais.

Há uma espécie de sensação ficada da insuficiência, de sarapintação, que me estraga todo o europeu cinzento e bem arranjadinho que ainda tenho dentro de mim. [...] de que o Brasil, em vez de se utilizar da África e da Índia que teve em si, desperdiçou-as, enfeitando com elas apenas a sua fisionomia, suas epidermes, sambas, maracatus, trajes, cores, vocabulários, quitutes [...] E deixou-se ficar, por dentro, justamente naquilo que, pelo clima, pela raça, alimentação, tudo, não poderá nunca ser, mas apenas macaquear, a Europa (SANTOS (ANO) *apud* ARAÚJO, 2000, p. 60-61).

Todas essas questões ressaltam que os grupos minoritários não vêm sendo reconhecidos nem por parte dos escritores como aos leitores envolve a sociedade em geral que as pessoas não têm interesse em conhecer, chamamos esse tipo de Literatura de Literaturas marginalizadas, que refletem um histórico de luta por dependência, por querer ser participativo e atuante em uma sociedade cruel.

A Literatura Indígena Brasileira e a Literatura Afro-Brasileira merecem nosso respeito, pois entendemos que o currículo multicultural está em sintonia com os estudos culturais e em face da importância da Literatura Brasileira em nosso âmbito social.

2.1 A Literatura Indígena Brasileira: algumas reflexões

É possível perceber que os textos históricos as obras literárias não retratam o índio com seu devido valor, podemos perceber na Carta de Pero Vaz de Caminha (1500), na qual a maioria dos manuais literários consideram como “certidão de nascimento” da história e da Literatura Brasileira, o que mostra que não há uma grande importância dada a tradição oral das populações indígenas, pois desconsidera a cultura dos povos que aqui estavam no período do “descobrimento do Brasil” (SANTOS, 2009). Há outros textos considerados textos de informação, os quais fazem parte da construção da história brasileira entre 1500 e 1600, que os viajantes, descobridores, missionários europeus relataram suas experiências vividas no Brasil, com os povos indígenas, são textos descritivos tais como: Diário de Navegação; Tratado da Terra do Brasil e da História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos de Brasil; Tratado Descritivo do Brasil; Narrativa Epistolar e Tratados da Terra e da Gente do Brasil; Diálogo sobre a Conversão dos Gentios, entre outros. De acordo com Santos

esses textos referenciados anteriormente, “revelam a marginalização do índio no que tange a opção textual lusocêntrica como representante e formadora de nossa literatura nacional” (SANTOS, 2009, p. 238).

A discriminação para com índio se apresenta-nos próprios relatos apresentados nos respectivos textos por seus autores, visto que os mesmos viam o índio, referenciavam a ele como um animal que comia, praticava o ato de antropofagia, sem sentimentos sem, língua, sem cultura, sem alma, que precisavam sofrer algum tipo de exorcismo, ser catequizado, sem ao menos ter o direito de escolha. Um exemplo que podemos citar é o livro *Caramuru*, de Santa Rita Durão, o qual representa na obra o índio como subespécie, um perdedor, apenas um instrumento fácil de manusear nas mãos do colonizador.

No século XX “a posição do índio não mudou muito em relação aos séculos passados. O índio permanece subjugado, limitado às reservas, levado na maioria das vezes a tornar-se dependente da cultura branca” (SANTOS, 2009, p. 239).

O índio tem direito de ser reconhecido como grande formador da Literatura Brasileira, ele faz parte da história literária desse país, cabe a cada cidadão tomar conhecimento da real situação histórica do povo indígena e não concordar com as coisas que foram praticadas há anos pelo branco, onde várias tribos desapareceram, foram vítimas da cultura, das imposições do homem branco, podemos citar alguns exemplos tais como: Aimoré, Carijó, Potiguar, Tupinambá, Tupiniquim entre outros, relatos devem servir como sensibilização para que, a sociedade atual que ainda trata o índio como um ser inferior aos outros, mude sua leitura a respeito.

Ao tratarmos aqui de Literatura Indígena, não podemos deixar de fazer referência aos Kaingangs do Faxinal¹², um povo que valoriza suas tradições, seus costumes, que quiseram ser vistos pela sociedade, pensando dessa forma juntaram um pouco de suas culturas, seus costumes, em um livro chamado *Kaingang do Faxinal: nossos conhecimentos e nossas histórias antigas*, nesta obra com ajuda de alguns pesquisadores da UEM (Universidade Estadual Maringá), se relata uma Literatura riquíssima com inúmeras histórias contadas pelos Kaingangs, histórias como: *A dona das matas: História da onça*, *O espírito do menino*, *História do mel*, entre outras. O

¹² Cidade Norte Central Paranaense, com população de 16.032 mil habitantes.

trabalho realizado proporciona a sociedade que tem um real interesse de descobrir a verdadeira história de nosso país, de conhecer o outro não olhando para sua raça.

“Ser índio, porém no final do século XX e início do XXI, é mais que isto; é ser portador de um *status* jurídico, que lhe garante uma série de direitos. É fazer parte de uma coletividade” (SIDEKUM, 2003, p. 176). Direitos esses que, por vezes, não é colocado em prática pela sociedade em geral que desconhece o mesmo na sua real importância. É sabido que a luta pelos seus direitos tem aumentado cada vez mais por parte das organizações indígenas no que diz respeito a cobrar o que é seu por direito que tornou público a partir da Constituição de 1988 a qual afirma:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União, demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (SIDEKUM, 2003, p. 188 *apud* Constituição, 1988, p. 152-153).

As Leis são formuladas, mas nem sempre são cumpridas por isso que cada vez mais o povo indígena vem se tornando algo do passado, quando eles fazem parte também de nosso presente, só não são reconhecidos, a própria FUNAI¹³ devido às questões governamentais só reconhecem como indígenas aqueles que habitam em terras que por elas são demarcadas como espaço indígena, esquecendo os que estão habitando ao grandes centros urbanos, que por vezes nem são notados. Um povo com uma bagagem extremamente literária e histórica que contribuiu e contribui para esta sociedade que por vezes os menosprezam.

2.2 Literatura Afrobrasileira no Ensino Médio

É comum ouvirmos que nosso país além de sofrer influências Européias, Indianistas também precisou dos povos afrosdescendentes na sua formação histórica, mas parece que tudo termina aí, não se fala mais. É comum lembrar-se da cultura afrodescendente quando se fala em carnaval, samba e capoeira, e tudo se restringe a isso e, em seguida, não se fala mais nada. Na Literatura, não vemos uma vasta lista de nomes de autores que são reconhecidos por tratarem de temas que envolva suas

¹³FUNAI: Fundação Nacional do Índio, formada 5 de dezembro de 1967, tendo como base o serviço de proteção índio. Sede em Brasília. Site oficial: funai.gov.br.

culturas, embora nós saibamos que existem muitos escritores, só que são desconhecidos da população porque as nossas aulas de Literatura são pautadas, muitas vezes, apenas nos grandes clássicos os chamados cânones, que por vezes criam uma barreira entre o conhecimento de novas obras, de novos temas.

Pode-se perceber que “A representação do negro na Literatura desde o seu início foi apagada; é como se os negros forçados a cruzar os mares como escravos, tivessem deixado na costa africana todos os seus sistemas, formas, elementos de práticas culturais e religiosas” (SANTOS e WIELEWICKI, 2009, p. 343). Sendo trazidos a força para o Brasil.

A Literatura negra foi e é mais discriminada que a indígena, visto que o índio ainda teve um pouco de representação nos períodos do Romantismo, “já o negro não possui muitas referências, pois o negro no período áureo das insurreições (1808 a 1835), representava uma ameaça à ordem escravocrata. O negro, portanto some da Literatura Brasileira como forma de se evitar os temas de insurreições” (SANTOS e WIELEWICKI, 2009, p. 343).

É sabido que os povos negros por algum tempo deixaram de ser fonte de inspiração para diversos autores, devido aos grandes questionamentos que existiam, se os produtores literários falassem dos negros deveriam saber do que estavam falando acarretando assim algum tipo de ligação com os mesmos proporcionando então uma desconfiança de que a raça do indivíduo envolvido não era pura. “No início do século XX, a questão racial criou certos mitos para amenizar os preconceitos, baseando na democracia racial, ou seja, o ponto básico das discussões sobre a miscigenação brasileira, resultado das misturas das raças branca, negra e índia” (SANTOS e WIELEWICKI, 2009, p. 343).

Com o objetivo de relembrarmos alguns autores que retratam a cultura negra nas obras literárias brasileiras e para retratar alguns destes autores, recorreremos a Santos e Wielewicki (2009), que cita:

Domingos Caldas Barbosa (1738-1800): mestiço, poeta e músico filiado ao Arcadismo escreveu modinhas, lundus e poemas preparados para serem cantados; Epitalâmio (1777).

Antonio Gonçalves Dias (1823-1864): filho de escrava cafuza situa-se no campo do Indianismo, mas dilui o tema do negro em sua poesia; Primeiros Cantos (1846).

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882): grande defensor da causa abolicionista. Fez uso da sátira para criticar mestiços brasileiros que aspiravam fazer-se europeus. O primeiro escritor a usar a literatura para transgredir as normas vigentes da escravatura sobre a inferioridade do negro. Em sua poesia, ele também canta liricamente a beleza da mulher negra. *Trovas burlescas* (1859).

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908): um dos mais conhecidos escritores brasileiros, Machado de Assis tem sido acusado por alguns críticos por recusar a sua própria origem étnica. Outros, no entanto, o absolvem dessa crítica, apontando que além de o padrão de sua época não considerar o negro como tema literário, o fato de a obra de Machado conter uma crítica à sociedade sua contemporânea caracteriza-a como uma literatura de resistência, de forma consciente ou não; *Memórias póstumas de Braz Cubas* (1881), *Quincas Borba* (1892) e *Dom Casmurro* (1900).

Tobias Barreto de Menezes (1839-1889): líder da Escola de Recife. Apesar de não lidar diretamente com os temas da escravidão, abriu discussões em torno da identidade racial do mestiço.

José do Patrocínio (1853-1905): dedicado ao tema abolicionista, escreveu textos em prosa de caráter realista que evidenciam suas análises de questões sociais. Em suas obras, o autor denuncia a contradição da valorização do negro em contraponto aos modelos de beleza e harmonia da cultura branca. *Os Retirantes* (1877) e *Pedro Espanhol* (1884).

João da Cruz e Sousa (1861-1898): filho de pais escravos, Cruz e Sousa escreveu crônicas abolicionistas. Certa vez, não pode assumir o cargo de promotor por preconceito racial. Há certa tensão em sua literatura devido às referências às formas “alvas, brancas e claras”, interpretadas como uma forma de rejeição à sua cor. Alguns críticos, contudo, ligam essa característica a estética simbolista usada pelo autor, que é negro, e também parte de uma sociedade escravocrata; *Broquéis* (1893), *Faróis* (1900).

Afonso Henrique Lima Barreto (1891-1922): seu romance social expôs as contradições de um ambiente social que lhe deu a percepção crítica das forças do paternalismo e do preconceito social; *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911).

Lino Guedes (1906-1951): poeta da fase modernista da Literatura Brasileira descreve o estigma do negro devido à escravidão e sua marginalização do período pós-abolicionista; *Negro preto, Cor da noite* (1932).

Solano Trindade (1908-1974): poeta expressivo da negritude brasileira contemporânea, sua obra reivindica melhores condições sociais para o negro. Sua poesia está voltada para a dura vida das minorias negras marginalizadas e para a evocação das tradições populares dos negros do Brasil; *Poemas d'uma vida simples* (BONNICI (2009) *apud*, *Cantares ao meu povo* (1961) (2009, p. 344)

É interessante analisarmos um pouco sobre os autores apresentados por que não há presença de nenhuma mulher, o que nos leva a crer que há duas formas de preconceito tanto para com a raça e para com o gênero feminino, mas ao decorrer da história vemos que, houve algumas mulheres que publicaram obras, não como sendo muito conhecidas, há exemplos de publicação, mas publicação em canais alternativos que trabalham especificamente com discussões a respeito do “ser negro” que, por vezes, são formados através de grupos um dos principais que podemos destacar é o

grupo Quilombohoje. Esses grupos publicam obras em prosa e verso, os quais abrem espaços para que os escritores afrodescendentes sejam ouvidos, e possam retratar suas indignações.

O negro hoje tem lutado para conquistar seus espaços e por isso que a sociedade está tendo a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história desse povo que faz parte de nossa cultura, mas ainda há muitos atos racistas para com eles. Com a criação do Teatro Experimental do Negro¹⁴, a sociedade pode ter um contato maior que a real história desses grupos, visto que junto surgiram vários movimentos que lutam por seus direitos e mostram a sociedade como eles são cruéis em julgar as pessoas por raça.

Em se tratando de educação e ensino pode-se afirmar que:

A nova LDB, ao definir que o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, determina que, independentemente da forma como se organize, deverá propiciar a todos formação geral que os capacite a participar da vida social e produtiva com autonomia intelectual e com senso ético, educando-se permanentemente através da continuidade dos estudos e das dimensões pedagógicas presentes no conjunto das relações sociais e produtivas (KUENZER, 2002, p. 45).

O que gera evasão no Ensino Médio? Por que há muitas desistências?

Nessa fase a luta é para que o(a) aluno(a) não desista do Ensino Médio e sim continue frequentando. É a fase de transição do aluno tanto na sua vida escolar como na sua vida psicológica nesse momento, na qual deixam de serem crianças para tornarem-se adolescentes com os hormônios alterados, cheios de dúvidas; as quais transpassam a sua individualidade e chegam até o âmbito escolar gerando grandes conflitos na aprendizagem. Os(as) educadores(as) devem fazer com que os(as) alunos(as) se interessem pelos conteúdos, investir em propostas que a eles interessem e os façam refletir, questionar, mostrando seus pontos de vista.

Para a autora Kuenzer (2002, p. 27), “o Ensino Médio tem exercido a função de referendar a inclusão dos incluídos, os quais vivenciam um conjunto de experiências sociais e culturais”. No Brasil o Ensino Médio além de seguir o estudo regular também pode se apresentar junto com o Ensino Profissionalizante, que iniciou em “1909, com a

¹⁴ Teatro Experimental do Negro: criado por alguns autores, retratando a realidade do negro, no qual participaram autores como Solano Trindade um grande poeta e teatrólogo.

criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, as quais tinham a finalidade pautada na moral, o lema era educar pelo trabalho, abrangendo os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua”.

Muitos dados revelam que é a fase de mais “difícil enfrentamento” como afirma Kuenzer, 2002, em seu livro *Ensino Médio e Profissional*. É perceptivo que toda essa problemática ocorre devido à necessidade de gerar renda pelos jovens; cria-se então a perspectiva do anseio de conseguir um trabalho, entre ganhar dinheiro e estudar eles preferem ganhar dinheiro desistindo, portanto do Ensino Médio. Os maiores números de desistência acontecem nas classes menos favorecidas, pois a necessidade de ter um trabalho naquele momento de sua vida é maior que estudar, todo esse processo vem gerando uma diferenciação, uma exclusão de classes sociais, um preconceito gerador de conflitos que repercutem significativamente na sociedade. É criada uma camada restrita de intelectuais, acontece uma separação da sociedade em grupos dos que possuem o poder e os menos favorecidos, os quais tiveram que trabalhar enquanto os detentores do poder estudavam e criavam sua homogeneidade.

Se nos reportarmos a história do Ensino Médio, veremos que a falta de leitura e desistência dos(as) alunos(as) não é um problema só atual; é, sim, algo que vem sendo desenvolvido desde a sua criação. Toda a bagagem trazida pelo(a) aluno(a) durante o Ensino Fundamental segue uma sequência no Ensino Médio, para que a equipe docente chegue ao Ensino Superior e venha fazer parte da elite intelectual da sociedade. Cabe ao(a) professor(a) tentar apresentar estratégias que assegurem o(a) aluno(a), a permanência e o sucesso, por isso o ato de trabalhar textos para tentar associar todo esse universo novo ao seu conhecimento de mundo, mostrando que estudar é prazeroso e que gera muitos frutos no futuro, por esses e outros motivos que surgiu a proposta de usar a Literatura como uma contribuição social do sujeito leitor, se o(a) aluno(a) se interessa por algum tipo de leitura, em seguida começa a descobrir um outro mundo, cria novas expectativas, não desistindo de seus estudos e sim querendo alcançar sonhos não antes sonhados, construir projetos e realizá-los, vendo o mundo de uma maneira diferente no qual todos são valorizados, não existindo assim, qualquer tipo de discriminação.

CONCLUSÃO

O presente trabalho constituiu-se numa celebração de resultados significativos que nos levaram a construir uma visão ampla e crítica na formulação dos currículos, na aplicação das teorias estudadas na prática, formação do sujeito-leitor sendo ele participante ativo do texto literário ao qual ele entra em contato. A Literatura é uma fonte inesgotável de elementos sociais que cabe ao professor(a) representar o papel principal para o desenvolvimento da contribuição social da Literatura na formação do sujeito-leitor é o professor(a) que pode fazer o aluno(a) tomar gosto pela leitura, ele é o responsável direto para que o aluno(a) se torne um sujeito crítico.

É sabido que “a leitura deve ter, na escola, uma importante função no trabalho intelectual geral” (ORLANDI, 1988, p.36). Que envolve a todos independente da disciplina estudada dentro da escola, principalmente com os estudos de Língua Portuguesa a qual pode proporcionar ao aluno(a) um meio de inserção social, que proporciona ao indivíduo um meio pelo qual encontre caminhos diferentes dos que vem sendo-lhe imposto.

A inserção do sujeito no mundo literário se dá através de gosto, de querer saber sempre mais, do fato de querer se tornar um cidadão crítico, atribuindo sempre sentido ao texto dentro de seu conhecimento de mundo. A leitura necessita de diversos fatores para se dar significado, ela envolve diversos fatores entre eles os fatores sociais e históricos, os quais proporcionam ao sujeito a oportunidade de mergulhar na sua própria história, e fazer um apanhado geral de informações e relacioná-las aos dias atuais.

A proposta levantada nesse trabalho alcançou nossas expectativas, pois nos possibilitou aprofundar nossos conhecimentos a respeito de uma série de assuntos que permeiam a nossa sociedade em geral como o ensino de Literatura voltado a questões sociais levando em conta a formulação de um currículo coerente e plausível a desenvolver-se dentro das salas de aula. Um currículo que compreenda questões étnicorraciais, com a contribuição e definição de cultura, envolvendo uma questão de pluralidade, multiculturalismo, etnia, diversidade, identidade e diferença. Temas que

estão constantes na sociedade, mas que não são valorizados por algumas disciplinas, tanto no âmbito literário, quanto de outras ciências que abrangem todo um currículo escolar.

Mesmo com a formulação de currículos votados a essas práticas é possível perceber que há muitos(as) profissionais da educação que se restringem a coisas que, às vezes, nem são necessárias trabalhar de uma forma maçante, mas por apresentarem-se mais fáceis de serem desenvolvidas são tomadas como opções de atividades em sala de aula.

É o que acontece com disciplina de Língua Portuguesa e Literatura a qual muitas vezes se restringe aos estudos gramaticais deixando de lado o trabalho com textos literários, os quais se fossem bem trabalhados poderiam enriquecer o conhecimento dos(as) alunos(as).

A pesquisa realizada prova que a Literatura é um fator extremamente importante que propicia um imenso campo de trabalho, pois ela exerce uma função de reconhecimento de valores, de fatos históricos tais como a valorização de culturas, de povos e de histórias marginalizadas pela sociedade. A Literatura proporciona ao ser humano um estudo sobre si mesmo, dentro de suas identidades culturais, de suas histórias de vida, da formação da sociedade hoje existente.

Textos literários são pensados por seus autores já de forma social, eles procuram acompanhar as evoluções sociais que acontecem, é possível realizar essas análises quando tratamos de obras que retratam o meio social das respectivas obras em que o seu autor estava ou está inserido, há sempre um cunho social nas obras que envolvem algum tipo de crítica, implicitamente ou explicitamente.

A Literatura nunca se apresenta sem significado, ela sempre tem algo a dizer a seus receptores. Podemos perceber que é uma luta árdua sensibilizar uma sociedade acostumada a ver a leitura como algo não importante, que apenas é trabalhada para se estudar momentos da história por simples obrigação.

Por esses motivos que defendemos que o(a) professor(a) precisa acreditar no que está passando aos(as) seus(suas) alunos(as), é preciso que ele(a) seja interessado(a) em ler como um(a) leitor(a) de referência, proporcionando sentidos e significados aos textos trabalhados em sala de aula, só dessa maneira os seus

alunos(as) conseguirão apaixonar-se pelo ato de ler e ler obras literárias, que contribuirão de uma maneira extremamente significativa, para si e para toda a sociedade em geral.

Percebemos que a questão de pluralidade cultural está sendo muito discutida atualmente, o que prova que a sociedade está ciente das questões sociais debatidas. Nosso país apresenta uma imensa carga de fatores culturais que são esquecidos, que não são valorizados, que se utilizados no ensino de uma forma abrangente e coerente, mudaria a mentalidade de muitas pessoas que negam a existência de um multiculturalismo pluriétnico, que afirma o valor de cada indivíduo presente na sociedade brasileira. É preciso colocar em evidência as classes marginalizadas de acordo com a sociedade, classes essas que são esquecidas ou excluídas para não serem vistas.

O estudo realizado neste trabalho nos proporcionou entrar em contato com alguns aspectos sociais que antes eram desconhecidos por nós, o que revela que a sociedade só expõe o que lhes acham que é bem vindo, aceitável, perante os verdadeiros detentores do poder, deixando sempre de lado as classes menos favorecidas.

Foi possível encontrar argumentos para desenvolver o tema da contribuição social da Literatura na formação do sujeito leitor no Ensino Médio, através de dados bibliográficos concedidos por uma extensa pesquisa, pois acreditamos que se formos além conseguiremos cada vez mais ampliar nossos conhecimentos.

Talvez o trabalho apresentado soe como crítica aos profissionais da educação, mas a nossa intenção não é essa e sim mostrar que temos um tesouro em nossas mãos que através do conhecimento por nós adquirido, podemos ajudar nossos(as) alunos(as) a descobrirem um mundo no qual não existe discriminação, ninguém é melhor do que o outro por ser branco, negro, pardo, amarelo, por ser homem ou mulher, ser rico ou pobre, ser de uma religião diferente da minha. Todos somos iguais, cada um possui sua história a qual deve ser valorizada e respeitada por todos. E acreditamos que a Literatura só contribui para que possamos ter uma sociedade unida.

Concluimos que o indivíduo deve receber bagagem literária desde sua formação infantil, para quando chegar ao Ensino Médio não venha desistir ao se deparar com as

dificuldades que essa fase da vida representa. Afirmamos que cabe não somente ao(a) professor(a), mas sim aos(as) profissionais que elaboram os currículos, aos mediadores da educação, a toda equipe pedagógica no âmbito escolar, jamais deixando de lado a contribuição que a família de cada indivíduo representa no papel social. Se a escola e a família caminhar juntas, teremos um país de inúmeros leitores críticos, formadores de opinião que contribuem para uma sociedade sem preconceitos para com o outro, com uma bagagem literária invejável a qualquer país detentor de poder, pessoas que não aceitam serem maltratadas que lutam por seus direitos na prática social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AOKI. Virginia, **Geografia, Projeto Pitanguá**, Ensino Fundamental, 1º série, Moderna, SP, 2005.
- APP-SINDICATO, **V Conferência Estadual de Educação**. Cadernos de debates, filiada a CUT e a CNTE, Curitiba, 2010, PR.
- BARROS. P. Adil, LEHFELD. S. Aparecida, **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas** RJ. Vozes, 1988.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução João. Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
- BONNICI. Thomaz, ZOLIN. Lucia Osana. **Teoria literária abordagens históricas e tendências contemporâneas**, 3 Ed. Maringá Eduem, 2009. PR.
- BOSI, Alfredo, **história concisa da Literatura Brasileira** Cultrix 3 Ed, 1955, SP.
- BOYLE- Baise. M. GILLETTE. M. **Muticultural Education from a Pedagogical perspective: A response to radical critiques**. *Interehonge*, V29,Nº 1,p.17-32. 1998. NY.
- BRASIL. **Caderno de debates V conferência de educação da app-sindicato**. Disponível em: www.appsindicato.org.br. Acesso em: 20 junho. 2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília, MEC, 1996.
- BRASIL, Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa e Literatura. Brasília. 2006. DF.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília, 2004.
- BRASIL, **Leis Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.
- BRASIL, **Identidade Cultural**: B8. p, 23 Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. 2004. BR
- BRASIL, Parâmetros curriculares Nacionais: **pluralidade cultural, orientação sexual /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. DF.

- BRASIL, PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais.) 2. **Pluralidade Cultural.** 3. **Educação sexual.** 4. **Ensino de primeira à quarta série.** Brasília, 2008. BR
- BRASIL, RCNEI , **Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena**, Brasília, 1998. DF.
- CANDIDO. **Antônio. Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. P 13-49. RJ. CANEM. A. **Educação Multicultural, Identidade Nacional e Pluralidade Cultural: Tensões e implicações Curriculares.** Cadernos de Pesquisas, III, p.135-150.2000. SP.
- CANEM. A, MOREIRA A, F, B, **Reflexões sobre o Multiculturalismo na Escola e na Formação Docente. Ênfases e Omissões no Currículo.** Papirus.SP 15-43. 2001.
- CANEM, A Grant, **Multiculturalismo e Formação docente: experiências narradas.** Educação e Realidade, Papirus, SP, 1999.
- CANDAU, V. M. (org). **Educação intercultural e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro, 7letras, 2006.
- CULLER, Jonathan, **Teoria Literária, uma introdução**, Beça, 1993, Ithaca. Grécia.
- EAGLETON. Terry, **The Idea of Culture** 1943. Tradução **A ideia de Cultura** de Sandra Castelo 2005,SP, UNESP. P. 9-19.
- FAUSTINO. R. Célia, FARIAS,A. K. Alexandre, ALVES. K. Jorge, MOTA. T. Lucio, **Kaingang do Faxinal: nossos conhecimentos e nossas histórias antigas**, UEM(Universidade Estadual de Maringá), Maringá, 2010.
- GUILHERME. A. M. Regina, **O currículo mediante a importância da diversidade da educação étnicorracial**, 2010, UNOEST, PR.
- GRANTE, N. **Multicultural Education in Scotland.** Edinburgh: Dunedin Academie Press. Grant, C.A, 2000, NY.
- GOOGLE. Luso África. **Demografia do Brasil. Grupos étnicos do Brasil.** Disponível em: www.lusoafrika.net/v2/index.php .acesso em: 15 julho 2011.
- GOOGLE. **Pluralidade.** Disponível em texto dois: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. “**Como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal**”, p.12. 1997. DF.
- KUENZER. **Acácia, Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**, 2 ed, Cortez, 2002. SP.

- LOPES, C, Lopes, MACEDO, Elizabeth, **Políticas de currículo em múltiplos contextos**, SP, Cortez, 2006.
- McLaren, P, **Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Porto Alegre: Artes Médiens. 2000.
- MAcDONALD, James. **A transcendental development ideology of education**. In: MAcDONALD, B. (Ed.). **Theory as a prayerful act: the collected essays of James B. MacDonald**. New York: Peter Lang, 1999.
- MOREIRA. F, Antonio, CANDAU, M. Vera, **Indagações sobre currículo**, 2009, SP.
- MICHAELIS, **Dicionário escolar Língua Portuguesa**, Melhoramentos, 2007. SP.
- MILES, M.B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: an expanded sourcebook** California: Sage, 1994.
- NICOLIELO, Bruna. **Crescem as matrículas na educação indígena**. Revista NOVA ESCOLA, abril de 2010. SP, .Abril, 2011.
- NOVA ESCOLA, **A leitura pode estimular sua criatividade**, por Bruna Nicolielo, abril, 2011, SP, Abril.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**, Cortez, UNICAMP. 1988, SP.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Contato entre línguas e a relação com o outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. in: E. Guimarães ; M. R. Brum de Paula.(org). **Sentido e Memória**. SP, Campinas, 2005.
- PACHECO. A. José, **Políticas Curriculares referenciais para análise**, Artimed, 2003. Porto Alegre, RS.
- PINTO, R. Pedro. **Diferenças Etnicorraciais e Formação do Professor**. Cadernos de pesquisa, Nº108, p. 199-232. 1999. SP.
- QUIMELLI, Alves, de Sá, Gisele. Revista Conexão, **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, Divisão de Extensão Universitária Ponta Grossa**, UEPG, 2005, PR.
- SALEH. O.B.Pascoalina, OLIVEIRA, Silvana, **Linguagem texto e ensino: discussão do CELLIP**, UEPG, PR. 2010.
- SAID, W, Edward, **Representações do Intelectual**, Companhia das Letras, 2005. SP.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "**Beyond Neoliberal Governance: The World Social Forum as Subaltern Cosmopolitan Politics and Legality**", in Santos, Boaventura de

- Sousa e Rodríguez-Garavito, César (Ed.), **Law and Globalization from Below. Towards a Cosmopolitan Legality**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- SANTOS, Helio. **Desenvolvimento e inclusão social**, UNICAMP 2009.
- SAPELLI, Giulio, **Literatura e a cultura**. Campinas, 2010.
- SOUZA, Fialho. F. Otani. N, TCC, **Trabalho de conclusão de curso, Métodos e Técnicas**, NBR, 2005.
- SOUZA, A Flavia, Educação em Debate **“A escola diferenciada” e a discussão da identidade étnica: uma experiência a partir dos Pitaguary**, 2008, Fortaleza v.1 n.55, ano 30.
- SOUZA, A.L.M.T.M. **De estória à história: a escrita indígena no Brasil**. Biblioteca Mário de Andrade, n.59, 2001
- SIDEKUM. Antonio, **Alteridade e multiculturalismo**, Unijuí, 2003.
- SIDEKUM. Antonio, **A Reconstrução da Utopia** traduzindo Fernando Ainsa, Unijuí, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu, **Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu, **A produção social da Identidade e de Diferença**, Vozes, 2008.
- SILVA. Tomaz Tadeu, **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, Stuart hall, Kathryn Woodward, Petrópolis, Vozes, 2000.
- SILVA. Moisés Pereira, **História e Cultura Afro-Brasileira**. Disponível em: <http://amigodahistoria.blogspot.com.br>, 2008/10
- FINON.Niquelândia. Acesso em:10 junho.2010. Disponível em: <http://ifcsianovitor.blogspot.com/2009/07/candido-antonio-literatura-e-sociedade.html>.
- SILVA. Tadeu. Tomaz, **Documentos de Identidade uma introdução às teorias do currículo**, SP, Autentica, 2007.
- SUAREZ, ABREU, Antônio. **Gramática e Descrição do Português**, Ática, 1996. SP.
- TONUS. H. Loraci, **Escola Pública e Imprensa Neoliberal**, HD Livros, 2001, SP.
- TOURAINÉ, A. **The waning sociological image of social life. International journal of comparative sociology**. 1984.EUA.
- TUFANO. Douglas, **Exploração da obra literária na escola**, Moderna, 1988, SP.
- UNESP. Trabalho de Conclusão do Curso de Educação para a **Diversidade e Cidadania** da UNESP Campus Bauru. Disponível em:

<http://diversidadania2010.blogspot.com/2010/03/diversidade-etnico-racial-no-curriculo.html>. Acesso em; 7 setembro, 2011.

VALENTE, André, **Aulas de Português, perspectivas inovadoras**, Vozes, 1999, RJ.

VEIGA, Ilma Passos Alancastro. **O projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**, Campinas: Papyrus, 2000. SP.

WIECZOREK, K. **Teacher Education and Knowledge in The “ Knowledge Society”, The Need for Social Moorings in our Multicultural School**. Teacher College Record, V 102, N° 5, P 913-935. 2000. NY.

WIKIPEDIA, **Etnia**. Disponível em texto três: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Etnia>. Acesso em 08 de Maio 2010.

WOODWARD, Kathryn, “ **Concepts of identity and difference**”, Sage Publications, 1997, por Tomaz Tadeu da Silva, 2000.